

女蕃圖



Orfandade Feminina, Mercado Matrimonial e Elites Sociais em Macau (Século XVIII)

IVO CARNEIRO DE SOUSA*

Perdido, desde 1639, o muito rico comércio da prata japonesa, desafiado por novas concorrências económicas, arrastado pela violenta derradeira mudança dinástica do grande Império do Meio, o pequeno enclave de Macau encontrou-se demoradamente marcado por um conjunto de graves problemas económicos, financeiros e comerciais que se prolongou até bem entrado o século XVIII. Muitos comerciantes e aventureiros portugueses e luso-asiáticos abandonaram definitivamente o território que se viu obrigado a reconstruir pacientemente com outros actores, capitais e investimentos as suas funções de intermediação entre as economias-mundo regionais, sobretudo entre o Sul da China, o Sudeste Asiático e os tratos do Índico Ocidental. Passada a difícil tormenta económica e comercial, em termos praticamente oficiais, a longa crise do século XVII encerrava-se em Macau em 1718.¹ A 6 de Dezembro deste ano, a vereação camarária reúne solenemente com o bispo, todos os responsáveis das diferentes ordens religiosas e quarenta e sete “homens-bons” em que pontificavam os grandes comerciantes privados instalados no enclave que se apresentavam como “portugueses” e cidadãos, formando o elitário

corpo eleitoral que votava – e era também eleito – para as vereações, juízos e ofícios camarários. A abrir a selecta sessão do Senado, o vereador do meio, como era costume, leu um bem preparado discurso, anunciando à elite económica, política e religiosa cristã da cidade que “Nosso Senhor por sua piedade foi servido dar-nos um ano de alguma felicidade”, assim permitindo à Câmara saldar dívidas longamente acumuladas: dez mil taéis à Misericórdia, outros três mil ao rei do Sião, os empréstimos frequentes contraídos junto de um comerciante arménio, do Cabido diocesano e entre alguns moradores, incluindo ainda, por esta precisa ordem de prioridades, a satisfação das esmolas devidas às “pobres” clarissas.² Resolvidas com vários milhares de taéis estas dívidas abundantes, o Senado tinha ainda prata suficiente para enfrentar aquele que a elitária assembleia considerava o principal problema da cidade: o excesso de jovens mulheres “órfãs e abandonadas” que não conseguiam os dotes necessários para casar e continuar a reproduzir as indispensáveis famílias cristãs “portuguesas”. Fica decidido na reunião que 0,5% dos rendimentos alfandegários deveriam passar anualmente a financiar o casamento de “uma órfã mais necessitada, preferindo sempre a que for filha de homem-bom e, na falta, outra qualquer que for mais necessitada sendo filha de Português”.³ A medida apenas matizava de forma muito limitada o excesso de população feminina em situação de subalternidade, oriunda de unidades domésticas “portuguesas” e, por isso, numa orientação institucional renovadora, o Senado aprova ainda utilizar 1% dos impostos sobre as mercadorias grossas e finas entradas no enclave para subsidiar um

* Doutorado em Cultura Portuguesa com Agregação em História. Professor de História no Instituto Inter-Universitário de Macau e coordenador do Mestrado em Heritage Studies & History e do programa de doutoramento em História.

Ph.D. in Portuguese Culture and Aggregate Lecturer in History. Guest Lecturer at the Institute of European Studies of Macau. Lecturer in History, coordinator for the M.A. in Heritage Studies & History and Ph.D. in History at the Inter-University Institute of Macau.

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

“recolhimento de meninas órfãs filhas de Portugueses na Santa Casa”, reunidas sob a vigilância de “uma senhora grave por Mestra e duas criadas”.⁴ Uma deliberação com a vantagem de sublinhar ainda mais claramente o projecto de sobrevivência das famílias dominantes que organizava o demorado processo finalmente vazado naquele “mosteiro de recolhidas”.

Logo no ano seguinte, em assembleia camarária de novo aberta a responsáveis religiosos e a homens-bons, são aceites três candidatas a dote matrimonial: a filha de Tomás Garcês do Couto volta a apresentar-se, como em 1716, insistindo “que queria ir para S. Clara” com o patrocínio da cidade; a filha de Manuel Gonçalves dos Santos “não tinha idade” para casar; restando oferecer dote à filha de José Caldeira Rego que havia sido almotacé camarário e estava já prometida em casamento a Matias da Silva caso houvesse, naturalmente, um enxoval que se visse.⁵ Este primeiro processo de esmola para dote matrimonial correu mal, porque estando a jovem dotada “já prendada se descobriu uma filha de Pedro Homem da Cruz que foi homem bom nesta cidade e, como esta devia preferir por filha de Cidadão, se consultam V. Paternidades e mercês o como se há-de haver este Senado neste particular, se se há-de desfazer este casamento já ajustado para se dar a outra”.⁶ Ficou decidido “que de nenhuma sorte se desfizesse o dito casamento já feito”, comprometendo-se os direitos sobre os barcos comerciais do ano seguinte para assegurar o dote da filha de Pedro Homem da Cruz.⁷ Mesmo assim, o processo continuou a correr mal. Não foi possível encontrar nenhum candidato para casar com a herdeira do falecido Cruz, sendo o seu dote entregue ao poderoso mercador Francisco Rangel para ser aplicado a “riscos do mar” e aumentar “os preparos da órfã”.⁸

A enredada e confusa experiência do Leal Senado em matéria de dotes matrimoniais reforçou mais ainda o prestígio e o controlo da Misericórdia neste campo. A vereação decidiu que passariam a ser os mesários da irmandade a seleccionar, no interior do seu novo recolhimento, as órfãs que haveriam de ser dotadas pelo Senado. Assim, em 1726, o provedor da Misericórdia, o governador António Carneiro de Alcáçova, conseguiu mobilizar, em exclusividade, para o novo recolhimento da Santa Casa o dote que o Senado entregava para o matrimónio de órfãs filhas de portuguesas. Os argumentos do provedor mostravam-se incontornáveis, apesar de exagerados:

“Agora que a pobreza e a ociosidade tem enfermado quasi mortalmente o feminino desta Cidade, é tempo mais próprio de reparar se não difunda o pestelencial veneno da desonestidade consequência daquelas premissas.”⁹

Em 1727, reconhece-se documentalmente este processo a favor da Misericórdia, apresentando a mesa da irmandade à vereação três candidatas ao dote da cidade que eram órfãs do recolhimento: uma filha do falecido João Valente, antigo juiz camarário, uma filha de Francisco Faria “que foi alcaide do Senado” e a filha de Brás Antunes, “homem também português”. A reunião do Senado decide, como se esperava, eleger a filha do antigo senhor juiz, dotando-a com 0,5% dos direitos sobre a fazenda grossa entrada em 1726 nos barcos da cidade, esmola que “se entregará depois de estar recebida ao marido com quem casar”.¹⁰ Importa, contudo, recordar que esta permanente discriminação da Santa Casa a favor de uma orfandade feminina que se queria “portuguesa” e ligada aos dois pilares da sociedade local, a própria Misericórdia e o Senado, não se fazia sempre sem polémica. Em 1711, por exemplo, um outro governador e capitão-geral de Macau, Francisco de Melo e Castro, conseguiu chegar a reunir apoio suficiente para prender o poderoso provedor da Misericórdia, esse rico mercador Francisco Rangel, que se havia recusado a receber no hospital da irmandade um doente chinês. A Misericórdia conseguiu de imediato mobilizar o Leal Senado para difundir alarmadamente entre as famílias cristãs “os muito desgostos que poderiam resultar à cidade se o dito China morrer no dito Hospital”. Como quase sempre, a aliança entre a Misericórdia e o Senado, “coroa” e “escudo” da mesma moeda, era geralmente fatal mesmo para os governadores que conseguiam algum apoio militar para desafiar o patriciado local: Francisco Rangel saiu em triunfo da cadeia, foi muitas vezes devidamente eleito provedor da Santa Casa e “senador”, chegando mesmo a ser indicado, em 1716, pelo vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, para pôr em ordem os dinheiros dos defuntos que se tinham acumulado no cofre do juízo dos órfãos.¹¹

Anos mais tarde, a 23 de Junho de 1722, a mesa da Santa Casa, reunida sob direcção do provedor da altura, o conhecido bispo D. João do Casal, decide começar a organizar uma espécie de competição pública para a distribuição de dotes matrimoniais num processo que contrastava com a atabalhoada experiência do Leal

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

Senado. Neste ano, apenas se consegue documentar que Madalena Coutinho, por ser filha do defunto Francisco Coutinho, “um homem fidalgo de qualidade”, recebeu os favores da irmandade que decidiu “ser muito acertado aplicar-lhe 200 taéis que vários defuntos deixam dedicadamente para casamento das órfãs pobres e desamparadas”. A deliberação vinha ainda acompanhada de rigorosa advertência, estipulando que a premiada órfã receberia integralmente o dote “quando casar e apresentar certidão do pároco”.¹² Até 1745, um irritante hiato documental nas colecções de livros de actas da mesa da irmandade não permite continuar a reconstruir este processo de selecção e decisão de dotes matrimoniais. Felizmente, entre 1745 e 1780, este tipo de documentação da Misericórdia sobreviveu, preservando generosamente uma feliz série continuada de trinta e seis anos de investimentos na selecção e dotação de uma orfandade feminina cuidadosamente escrutinada para saciar o carente mercado matrimonial cristão da cidade.

Acompanhemos, logo para 1745, a formalização destes processos de selecção e distribuição de dotes matrimoniais. A mesa da Santa Casa começava por anunciar em edital público, divulgado e afixado na sua igreja, a abertura durante dez dias de um concurso para a concessão de dotes de casamento, a que se permitia a candidatura de todas as órfãs entre os 14 e 30 anos:

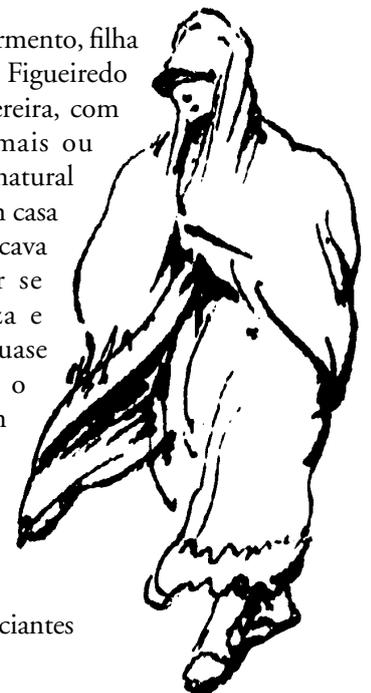
“a mesa faz saber a todas as órfãs que tenham de idade mais de catorze anos e menos de trinta, advertindo que a orfandade procede somente nas que não têm pai, e não forem casadas, nem que ainda que sejam órfãs tenham esposos privados que façam suas petições a esta mesa para serem dotadas com os dotes que nela serão apresentados para ajudar cada uma das ditas órfãs atento às suas qualidades, merecimentos de seus pais e procedimentos públicos e desamparo de suas pessoas.”¹³

Mais uma vez se testemunha essa noção epocal de orfandade que “procede somente das que não têm pai”, excluindo-se as casadas e, mais ainda, as que tivessem “esposos privados”, sinal de que existia este tipo de relações estabelecidas longe da legalidade do matrimónio cristão. Estas exclusões são também, evidentemente, “funcionais”: o objectivo do “concurso” era seleccionar órfãs convenientes para reproduzir famílias “portuguesas” cristãs e não propriamente para alimentar uma orfandade já casada e, muito menos,

com “esposos privados”. Seguindo os preparos formais da competição, rapidamente se compreende que os dez dias de prazo eram curtos, o que sugere uma sorte de discriminação formal e documental a favor de candidatas capazes de terem sido previamente informadas pelas suas “antenas” no interior da Santa Casa. Com efeito, depois de procurar definir as condições deste tipo de orfandade e destacar a escrupulosa necessidade de qualificação moral das candidatas, o concurso obrigava, primeiro, a indicar com rigor o nome dos pais, a freguesia e rua em que moravam as candidatas; seguia-se a apresentação, por escrito, da “qualidade e merecimento de seus pais, expressando se são ou não fidalgos ou de conhecida nobreza pelos lugares que tenham servido nesta República e cargos que tenham ocupado nesta Santa Casa tendo sido irmãos dela”; exigia-se igualmente a apresentação de “certidão paroquial de pobreza e desamparo e certidão do juízo dos órfãos da legítima que têm”, fechando-se estas exigências ainda com a declaração formal das candidatas de completa disponibilidade para “sujeitar-se às informações que a Mesa quiser tirar”.¹⁴ Encerrado este processo para 1745, o provedor Cosme Damião Pereira Pinto, também governador e capitão-geral da cidade, reuniu os mesários que, após rigorosa análise documental e circulação de várias informações, decidiram admitir dez candidatas.

Sigamos brevemente os pedidos, fundamentos e informações sociais apresentados por estas dez seleccionadas:

- Cristina de Figueiredo Sarmento, filha do defunto Henrique de Figueiredo Sarmento e de Mécia Pereira, com a estranha idade de “mais ou menos 15 anos”, sendo natural de Macau e moradora em casa da Praia Grande. Justificava a sua candidatura por se encontrar em “pobreza e desamparo”, situação quase incompreensível quando o seu falecido pai fora um cavaleiro professo da Ordem de Cristo que “serviu nesta República de vereador da Câmara”, para além de ter sido um dos mais abonados comerciantes macaenses;



MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

- Maria da Rocha Pimentel, órfã de Sebastião da Rocha Pimentel, contando precisos 19 anos e 8 meses, natural de Macau, moradora na freguesia de Sto. António em companhia de sua mãe, Ana da Rocha Pimente, em abandonada pobreza, de acordo com as suas justificações;
- Pobre era a situação alegada por Catarina de Torres, filha do falecido mercador Domingos de Torres de Carvalho e de Clarice de Mendonça, jovem de 25 anos nascida em Macau, habitando na freguesia de S. Lourenço;
- Apesar da “legítima” de cerca de 58 taéis deixada pelo seu pai, candidatava-se a dote matrimonial Joana Correia, de 27 anos, filha do doutor Gaspar Barradas e de Micaela de Abreu, natural da cidade, moradora na freguesia da Sé. Na carta de petição descobre-se nova justificação, recordando os serviços paternos “nesta Republica de juiz dos órfãos”;
- Sem qualquer legado, mergulhada em pobreza, apresentava-se Joana Favacho, de 17 anos, filha do defunto João Favacho e de Esperança de Almeida. Morava a jovem em companhia de sua mãe na freguesia da Sé, na casa do seu primo, o cura da paróquia, padre António Lopes;
- Clara de La Fontaine, filha de Francisco de La Fontaine e de Maria de Almeida vivia igualmente sem qualquer “legítima” em companhia da mãe viúva, havendo 25 anos e sendo natural de Macau e moradora na Sé;
- Com 27 anos “pouco mais ou menos”, candidata-se Caetana de Sousa, filha do defunto Martins de Sousa e de Maria Vieira, nascida em Macau e habitando na freguesia de Sto. António com a sua mãe;
- Contando uns mais rigorosos 27 anos e 7 meses, natural da cidade, Francisca Gomes era filha do falecido Francisco Gomes e de Grácia Gomes. Estava instalada na freguesia de S. Lourenço e tinha recebido um legado paterno avaliado à roda de 27 taéis de prata, a que se somavam 14 taéis da madrinha;
- Sem nada, alegando pobreza e desamparo irremediáveis, descobre-se o pedido de Joana Ferreira, filha de António José Ferreira e de Clara Martins Alves, com 19 anos, natural da cidade, a viver na freguesia de S. Lourenço com a sua mãe;

- Luísa da Rosa, a última candidata, encontrava-se sozinha, com 15 anos “pouco mais ou menos”, e era filha de Manuel da Rosa Bezerra e de Josefa de Grilo. Como todas as outras era natural de Macau, vivendo na freguesia de S. Lourenço em grande pobreza.¹⁵

As candidaturas eram em seguida votadas por favas brancas e pretas, atribuindo-se os dotes às jovens mais votadas pelos doze mesários e pelo provedor. Neste ano de 1745, a votação denuncia sentidos precisos: Cristina de Figueiredo consegue o pleno da votação com as suas treze favas brancas; Caetana de Sousa é premiada com doze; Joana Ferreira e Luísa da Rosa recebem cada uma nove favas brancas; Catarina de Torres é votada com oito; sete favas brancas seguem tanto para Maria da Rocha Pimentel como para Joana Favacho; Joana Correia e Francisca Gomes contaram com seis e Clara de la Fontaine, oriunda, talvez atrevidamente, de uma família com um progenitor de origem francesa apenas recolhe quatro favas brancas. A votação tinha sido algo precipitada, porque só depois de apuradas as favas se tinha decidido distribuir o “brinde” apenas a três órfãs. Em consequência, foram imediatamente beneficiadas Cristina de Figueiredo e Caetana de Sousa, mas restava desempatar as duas jovens órfãs que haviam recebido igualmente nove favas brancas. Um “menino” foi então chamado para tirar de uma bolsa um dos dois papéis com os nomes das empatadas, saindo a sorte a Luísa da Rosa. Um dote individual de 100 taéis de prata foi prometido em carta formal às três eleitas com a obrigação de se casarem nos quatro anos seguintes.¹⁶ Uma exigência que, esclarecendo a escassez de população masculina disponível, não duraria mais de dois anos, abrindo-se novo concurso público em 1747 para órfãs obrigadas a aplicar os dotes matrimoniais já num prazo mais dilatado de seis anos.¹⁷

Em reunião mantida a 28 de Maio de 1747, mesários e provedor seleccionam cinco diferentes candidaturas muito pior informadas documentalmente

- Maria Vidigal, filha do falecido Manuel Vidigal Girão e de Antónia da Rocha;
- Luísa Pereira, filha do defunto Francisco Fernandes e de Francisca Pereira;
- Paula Pereira, irmã da anterior;
- Paula Lopes, filha de Belchior Lopes da Rocha e de Francisca da Costa;
- Joana Ferreira, repetindo a candidatura de 1745.

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

Nada sobre naturalidade, residência ou idade. Provavelmente, o processo tinha entrado na rotina da escritania da Misericórdia, parecendo suficiente, e talvez mais prudente, anunciar publicamente apenas nomes e progenitores. As cinco órfãs seleccionadas foram todas consideradas “pobres e desamparadas” e, num gesto de desmesurada generosidade, a irmandade deliberou premiar com dotes de 100 taéis de prata todas as petionárias. Apesar da avareza de elementos de identificação, a acta desta sessão da mesa tem a vantagem de discriminar o processo de depósito dos dotes matrimoniais, esclarecendo-se com significado para a história dos reconhecidos escrúpulos da Santa Casa que “os ditos cinco dotes ficarão no cofre grande do depósito que ficará na Procuratura do Japão dos Reverendíssimos Padres da Companhia de Jesus em seus sacos pesados pela balança desta Santa Casa com escrito dentro feito pelo irmão escrivão e selado com o

sinete desta Mesa”.¹⁸ A atenção burocrática dos escrivães na competição deste ano permite igualmente perceber que, para além de todas as beneficiadas serem naturais da cidade, a decisão da Santa Casa produzia um documento que, intitulado “carta de promessa”, se mostrava de grande importância nas negociações matrimoniais:

“E logo se passaram promessas a cada uma das sobreditas órfãs cujo teor é o seguinte: A Mesa da Santa Casa da Misericórdia desta cidade de Macau do Nome de Deus na China, a todos os que esta promessa de dote para casamento for apresentada e o conhecimento dela haja de pertencer, faz saber como a N.[nome] natural desta cidade ficaram prometidos cem taéis de dote

Santa Casa da Misericórdia por George Chinnery (tinta e lápis sobre papel, sem data). In *George Chinnery. Imagens de Macau Oitocentista* (catálogo de exposição), Macau, CTMCDP, 1997.



MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

para seu casamento que se lhe darão depois de receber com seu marido casando-se em tempo de seis anos que se lhe limita.”¹⁹

Em 1748, quando a Misericórdia era dirigida por Luís Coelho, um provedor rico ligado aos tratos comerciais e proprietário de navios, a mesa selecciona apenas quatro órfãs, tornando ainda mais limitada uma informação que nem sempre denuncia a filiação maternal:

- Joana Rodrigues, filha do antigo irmão da irmandade José Rodrigues Cotela e de Antónia Gomes;
- Ana Moniz Barreto, filha do falecido António Moniz Barreto;
- Catarina de Torres, candidata não dotada na competição de 1745;
- Natália de Sousa Freire, filha de outro antigo irmão falecido, António de Sousa Freire e de Maria da Silva.

Avaliadas, como sempre, como “todas pobres e desamparadas”, volta a distribuir-se igualmente uma mesma dotação de 100 taéis de prata a todas as candidatas, maioritariamente agora filhas de antigos irmãos desaparecidos da Misericórdia.²⁰

Em 1750, em reunião de 25 de Fevereiro, a mesa da Santa Casa aceita e avalia somente três candidaturas de órfãs:

- Antónia de Figueiredo Pereira, filha de Manuel de Figueiredo Sarmento e de Inácia Pereira;
- Joana Favacho, que tinha sem sucesso tentado a sua sorte na mais alargada competição de 1745;
- Esperança da Cunha, filha de Bento da Cunha e Lima e de Ana Pereira.

Novamente generosa, a irmandade decide dotar estas três órfãs “desamparadas e pobres” com 100 taéis de prata cada uma.²¹

No ano seguinte, em reunião da mesa da Misericórdia concretizada a 10 de Março de 1751, continuam a aceitar-se três candidaturas:

- Micaela Baptista Lourenço, filha de João Baptista Lourenço e de Margarida Carvalho da Fonseca;
- Rosa Maria de Sousa, filha de João de Sousa Magalhães e de Catarina de Sousa;
- Ana Pereira, filha de André Ferraz e de Catarina Pereira.

Voltam todas as pobres órfãs a ganhar um dote individual de 100 taéis, recebendo as respectivas “cartas de promessa”.²²

Em 1753, talvez por não ter aberto qualquer processo no ano anterior, a mesa da irmandade aceita seleccionar seis candidaturas de “órfãs desamparadas e pobres”:

- Ana Maria Jorge Carvalho de Morais, filha de Manuel Jorge Carvalho de Morais e de Josefa Jorge Pires, a residir na Sé;
- Maria da Mata, filha de Vicente da Mata e de Ana Araújo de Barros, a morar também na Sé;
- Isabel de Abreu Sampaio, filha de Manuel Lopes Correia Lacerda e de Joana de Abreu Sampaio, a habitar em S. Lourenço;
- Rita de Abreu Sampaio, irmã da anterior;
- Ana Maria Rodrigues, filha de Luís Rodrigues Rebelo e de Mariana de Mira e Vasconcelos;
- Ana da Silva, filha de João de Sousa Magalhães e de Vitória da Silva, igualmente residente em S. Lourenço.

Mais contidos, provedor e mesários decidiram apenas dotar Ana de Morais, Maria da Mata e Isabel de Abreu Sampaio com 100 taéis cada uma.²³

Em 1754, numa altura em que a Misericórdia era dirigida por mais um governador e capitão-geral, João Manuel de Melo, a mesa decide não abrir qualquer competição pública para a distribuição de dotes matrimoniais a órfãs pobres, mas redefine as condições e montantes das dotações que deveriam privilegiar as filhas de falecidos irmãos da Santa Casa. Fica, assim, decidido que doravante as órfãs filhas de antigos provedores haveriam de receber um dote de 200 taéis de prata; 150 taéis poderiam dotar as filhas dos escrivães e tesoureiros; distribuindo-se ainda 100 taéis de prata às pobres órfãs filhas de outros irmãos.²⁴

Abre-se novo processo de candidaturas com estas regras em 1755,²⁵ seleccionando provedor e mesários as órfãs seguintes:

- Rosa do Prado, filha de Manuel Francisco Borges e de sua mulher também chamada Rosa do Prado;
- Rita de Abreu Sampaio, que não tinha sido dotada em 1753;
- Ana de Sousa Magalhães, “reprovada” em 1753, invocando agora os apelidos paternos;
- Ana Maria Rodrigues, outra “reprovada” em 1753;
- Gertrudes de Jesus, filha de Manuel da Silva Monteiro e de Maria Pereira;

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

- Maria de Faria, filha de Joaquim de Faria e de Catarina Martins;
- Rosa Gonçalves, filha de Francisco Gonçalves e Priscília da Costa;
- Agostinha da Silva, filha do antigo provedor Feliciano da Silva Monteiro e de Joana Pereira;
- Joana Lopes, filha de Francisco André e Catarina de Alvarenga.²⁶

Apesar de todas as nove candidatas terem sido formalmente declaradas pelos mesários “todas órfãs e abandonadas”, apenas foram premiadas duas: Joana Lopes, com um dote de 100 taéis e, como seria de esperar, Agostinha da Silva arrecada a promessa de um belo dote de 200 taéis por ser filha de quem tinha sido um dos mais ricos comerciantes de Macau, provedor várias vezes e vereador muitas.²⁷ A documentação é, neste caso, processual, breve e pouco informada sobre a situação social destas órfãs, mas sublinha com mais rigor formal que apenas poderiam estas órfãs arrecadar os seus dotes “depois de recebidas com seus maridos *in gracia ecclesiae*”.²⁸ Porquê, agora, esta precisão rigorosa: será que antes algumas órfãs recebiam os seus dotes sem se casarem na “graça da Igreja”?

Em 1758, depois de três anos sem distribuir dotes matrimoniais, a Misericórdia volta a aceitar candidaturas de órfãs “pobres e desamparadas” e já se adivinhava que várias das “reprovadas” do apertado processo de 1755 tentassem novamente a sua sorte. Seguindo a documentação assinada pelo provedor e mesários ficaram seleccionadas as pobres órfãs que se seguem:

- com o pouco feminino nome de Boaventura da Silva candidata-se esta outra filha do antigo provedor Feliciano da Silva Monteiro e da sua mulher Joana Pereira, moradora na freguesia da Sé;
- Ana Correia de Liger, filha de outro antigo provedor e também escrivão da Santa Casa, Francisco Correia de Liger e de Domingas Lopes, também a habitar na freguesia da Sé;
- Ana Maria Rodrigues, duplamente “reprovada” em 1753 e 1755, igualmente moradora na freguesia da Sé;
- Úrsula Fernandes, filha de Manuel Fernandes e de Inácia Lopes, a residir na freguesia de Sto. António;
- Rita Correia de Lacerda, que tinha sido chumbada em 1753 e 1755 com os apelidos da mãe, Abreu Sampaio, apresenta-se novamente, mas

“renomeada”, por ser filha do defunto Manuel Lopes Correia Lacerda, albergada na paróquia de S. Lourenço;

- Ana da Silva Magalhães, “reprovada” em 1753 e 1755, novamente recorre ao mesmo truque, mas perdendo apenas o Sousa paterno, moradora também na freguesia de S. Lourenço;
- Ângela Pereira, filha de Joaquim José Mendonça e de Ana Pereira, da freguesia da Sé;
- Isabel da Cunha Cerqueira, filha de Tomás da Cunha Cerqueira e de Clara Soares da Silva Vilas Boas, também da paróquia da Sé;
- Rosa Gonçalves, “reprovada” em 1755, moradora na freguesia de S. Lourenço;
- Joana da Rocha do Espírito Santo, filha de Domingos do Espírito Santo e de Antónia da Rocha, a habitar na freguesia da Sé;
- Ana Gonçalves filha de José Gonçalves e de Domingas da Silva, da freguesia da Sé;
- Antónia Álvares, filha de André Fernandes e de Catarina Pereira, a morar na paróquia de S. Lourenço.

Todas as seleccionadas são apresentadas à reunião de mesários simplesmente como “órfãs desamparadas” e, na votação que se seguiu, como seria de esperar, ganharam as pobres órfãs filhas dos falecidos provedores e de um antigo tesoureiro da irmandade: “tiveram só quatro votos para serem dotadas cada uma com seu dote determinado, a saber: as filhas dos provedores com 200 taéis que são estas três: a Boaventura da Silva, filha do provedor Feliciano da Silva Monteiro; a Ana Correia de Liger, filha do provedor Francisco Correia Liger; e Ana Maria Rodrigues, filha do provedor Luís Rodrigues Rebelo. E a Úrsula Fernandes com 150 taéis por ser filha do tesoureiro Manuel Fernandes que lhes darão depois de recebidas com seus maridos *in facie ecclesiae*”.²⁹

No ano seguinte, a 25 de Março de 1759, a Santa Casa volta a publicar editais na sua igreja para nova competição para dotação de órfãs, aparecendo a segundas e terceiras “chamadas” várias das reprovadas nos anos anteriores:

- Luísa da Silva, filha do incontornável provedor defunto Feliciano da Silva Monteiro e de Joana Pereira, da freguesia da Sé;
- Maria do Espírito Santo da Silva, irmã da anterior;
- Ana da Silva Magalhães, reprovada em 1753, 1755 e 1758, deixou cair definitivamente o Sousa

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU



WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

do seu falecido pai, preferindo outra vez o apelido da mãe, Vitória da Silva, moradora na paróquia de S. Lourenço;

- Rita Correia de Lacerda, chumbada em 1753, 1755 e 1758, volta à carga com a lembrança do apelido paterno;
- Joana da Rocha do Espírito Santo, reprovada em 1758, da freguesia da Sé;
- Antónia Álvares, candidata sem sucesso em 1758, a morar S. Lourenço;
- Rosa Gonçalves, “reprovada” em 1755 e 1758, de S. Lourenço;
- Antónia Gonçalves, filha de José Gonçalves e de Domingas da Silva, da paróquia da Sé;
- Ana da Rosa, filha de Miguel Pedro Heitor e de Isabel da Rosa, também da freguesia da Sé.

As candidatas são todas consideradas unanimemente “órfãs desamparadas e pobres”, decidindo os mesários por uma maioria de sete votos dotar com 200 taéis – alguém quer adivinhar? – as duas filhas de Feliciano Monteiro da Silva, Luísa da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva; mais dois dotes de 150 taéis para Ana da Silva Magalhães e Rita Correia de Lacerda, filhas de antigos escrivães da irmandade; finalmente, um dote de 100 taéis segue para Joana da Rocha, Antónia Álvares e Rosa Gonçalves, todos para serem dados “depois de recebidas com seus maridos *in facie ecclesiae*”.³⁰

Neste processo concreto de 1759, para nossa felicidade, a documentação da Santa Casa decidiu seguir com mais atenção a sorte matrimonial destas pobres órfãs dotadas pela irmandade. Assim, uma das filhas do ainda poderoso, apesar de defunto, Feliciano Monteiro da Silva, Luísa do Espírito Santo da Silva “morreu em Julho de 1765 e se aplicou [o dote] a Mariana da Silva, filha de Manuel da Silva, irmão da Santa Casa”.³¹ Antónia Álvares casou logo a 30 de Setembro de 1760, recebendo o seu dote de 100 taéis. A seguir, a 15 de Outubro de 1761, Ana da Silva Magalhães conseguiu contrair matrimónio e percebeu o respectivo dote de 150 taéis. Rita Lacerda matrimoniou-se mais tarde, já a 9 de Maio de 1763, recolhendo também dote semelhante. No mesmo ano, em Outubro, Maria do Espírito Santo Silva, com mais sorte do que a sua

falecida irmã, conseguiu casar-se, recebendo da Santa Casa o dote prometido de 200 taéis. Numa decisão tão rara como generosa, Joana da Rocha casou com Manuel Liger e Silva, membro de uma poderosa família de mercadores com influência no Senado e na Misericórdia, prescindindo do direito ao seu dote a 16 de Agosto de 1761.³²

Dois anos volvidos, em reunião organizada a 14 de Janeiro de 1761, a mesa da Santa Casa selecciona apenas três órfãs:

- Joaquina da Rosa Heitor, mais outra filha de Miguel Pedro Heitor e de Isabel da Rosa, a residir na paróquia da Sé;
- Rita Teresa Ferreira, descendente de Manuel Ferreira da Costa e de Antónia Soares, a habitar também na freguesia da Sé;
- Catarina Pereira de Mendonça, filha de Joaquim José de Mendonça e de Ana Pereira, a residir igualmente nos espaços paroquiais da Sé.

Apesar de terem sido todas consideradas, como era normativo, “órfãs desamparadas e pobres”, a votação dos mesários decidiu limitar-se a oferecer dotes de 100 taéis a duas das candidatas: Rita Ferreira e Catarina de Mendonça, neste último caso “sem embargo de ser esta órfã Catarina Pereira filha do tesoureiro que foi desta Santa Casa conforme assento tomado em mesa deviam ser dotadas com cento e cinquenta taéis, mas por não se achar em presente dinheiro ficou esta dotada só com cem”.³³ Rita Teresa Ferreira haveria de recolher o seu dote apenas ao contrair matrimónio, em Outubro de 1771, enquanto Catarina Pereira casou em 1765 com António Fernandes vendo o seu dote, nessa altura, ser aumentado em 50 taéis.³⁴

Em 1763, a mesa volta a avaliar seis candidatas, mas com a vantagem de pela primeira vez indicar as datas do seu nascimento, provavelmente em estreita comunicação com a definitiva implantação neste período dos registos paroquiais, especialmente de baptismo. Informação preciosa que permite aquilatar a idade destas pobres órfãs e, em alguns casos, documentar a idade do seu casamento. Anotemos as seleccionadas:

- Ana Correia Lacerda, filha de Manuel Lopes Correia Lacerda, falecido escrivão da Santa Casa já nosso conhecido, e de Joana de Sampaio Abreu, a morar na Sé, nascida a 30 de Abril de 1747;
- Sebastiana de Sousa, filha de João de Sousa Magalhães, outro antigo escrivão da irmandade,

Mulheres de Macau.

Ilustração incluída no “Journal” de Peter Mundy, reproduzida da obra *Seventeenth Century Macau in Contemporary Documents and Illustrations*, editada por C. R. Boxer (Hong Kong/Kuala Lumpur/Singapura: Heinemann-Asia).

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

e de Caetana de Sousa, também da Sé, nascida a 20 de Janeiro de 1745;

- Isabel Nunes, filha de Manuel Francisco Borges, mais um antigo escrivão da casa, e de Rosa do Prado, a morar em S. Lourenço, nascida a 10 de Agosto de 1748;
- Gertrudes de Jesus, filha de Manuel da Silva Monteiro e de Maria Pereira, de S. Lourenço, nascida a 27 de Junho de 1737;
- Ana Maria, filha de Manuel da Silva Melo, outro antigo escrivão da irmandade, e Josefa Grilo, da paróquia da Sé;
- Isabel da Cunha Cerqueira, “reprovada” em 1758, a morar também na Sé.

Apenas as quatro primeiras órfãs são dotadas, as três iniciais com 150 taéis cada e Gertrudes de Jesus com 100 taéis. Mesmo a filha de um antigo escrivão, Ana Maria, registe-se, é excluída: por não ter apresentado registo de baptismo, à semelhança dessa outra recusada, Isabel da Cunha Cerqueira? Sabemos documentadamente que Isabel Nunes casou em Outubro de 1765, quando tinha 17 anos de idade. Ana Correia Lacerda matrimoniou-se mais tarde, em 1771, já com 24 anos. Generosamente, Gertrudes de Jesus acabou por passar o seu dote, com autorização da Santa Casa, para a sua irmã Joana Pereira que se casou em 1765. Detalhe final a registar neste processo documental: expulsos os jesuítas de Macau apenas em 1762, apesar da ordem de expulsão ter sido dada em 1759, os dinheiros para “dotes ficaram para depósito no cofre grande que se acha na casa do tesoureiro desta Santa Casa de Misericórdia em seu saco separado com escritura dentro”.³⁵

No ano seguinte, em reunião de 11 de Abril de 1764, a mesa decide ser mais generosa. Todas as quatro órfãs seleccionadas são dotadas. Cem taéis seguem, assim, para

- Marcelina Correia, filha de José Coelho;
- Antónia da Silva Aires, filha de António da Silva Aires e de Jacinta Matosa;
- Isabel da Cunha Cerqueira, depois de não ter sido dotada sucessivamente em 1758 e 1763.
- Mariana Antunes, por ser filha de um falecido tesoureiro da irmandade, João Antunes, a órfã “pobre e desamparada” arrecada a promessa de 150 taéis para o seu casamento.

Esta última casaria rapidamente em 1765, havendo também registo documental do matrimónio de Antónia Aires em 1768.³⁶

No ano seguinte, em 1765, os mesários decidem de novo dotar todas as órfãs seleccionadas, mas somente com 100 taéis de prata cada uma:

- Inácia Pereira, filha de Francisco Pereira e de Antónia Rodrigues;
- Sabina Gomes, filha de Manuel Álvares Ferreira e de Josefa Gomes;
- Paula Gomes, filha de Guilherme Meer e de Maria Gomes;
- Ana Gomes, irmã da anterior;
- Rita Álvares, filha de Francisco Álvares de Araújo e de Josefa Queirós;
- Antónia de Sequeira, filha de Francisco da Gama e de Ana Antunes.

No final do ano, sem perder tempo, casavam-se Rita Álvares e Antónia de Sequeira, enquanto Ana Gomes acedia ao matrimónio em 1767.³⁷

Em 1766, reunidos a 23 de Março, provedor e mesários decidem avaliar seis candidatas:

- Rita Dias, filha de António Dias Semedo e de Caetana de Sousa;
- Joana Gomes, filha de Jacques Gomes Cordeiro e de Isabel Correia;
- Josefa Gomes, filha de Manuel Gomes de Sousa e Vitória Pereira;
- Ana Álvares, filha de Manuel Álvares e de Josefa Gomes;
- Joana da Silva Aires, filha de António da Silva Aires e de Jacinta Matosa;
- Jacinta Pires, filha de Firmino Pires e Isabel da Silva.

Com a excepção desta última, as outras cinco das órfãs “desamparadas e pobres” recebem a promessa de um dote matrimonial de 100 taéis. Significativamente, a mesa da Santa Casa decide reformar a carta de promessa de dote, passando formalmente a referir “como a órfã F[ulana] filha legítima de F[ulano] e F[ulana] ficam prometidos cem taéis de dote para seu casamento que se lhe darão depois de recebidas com seu marido *in facie ecclesiae* casando dentro da idade de 40 anos que se lhe limita”.³⁸ Repare-se que esta nova redacção formalizou normativamente a discriminação de “descendência legítima” e impôs uma idade para a consumação do matrimónio, indiciando talvez que algumas dessas órfãs, repetindo continuamente as suas candidaturas, começavam a apresentar uma idade pouco atractiva para ganhar os favores do limitado número de “portugueses” solteiros. Os registos documentais deste processo indicam

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

que Ana Álvares casou em 1768, enquanto Joana Gomes se casou com Francisco Carvalho em 1769. Rita Dias acabaria por desistir do seu dote “por estar aleijada incurável”, sendo os 100 taéis prometidos distribuídos em esmola a duas órfãs pobres vindas de famílias sem ligações à Santa Casa que se casaram em 1773.³⁹

A seguir, em 1767, aceitam provedor e mesa da irmandade, em reunião de 13 de Maio, seleccionar cinco órfãs:

- Vitória de Sousa do Espírito Santo, filha de Francisco Rangel da Costa e de Joana de Sousa do Espírito Santo;
- Maria de Sousa do Espírito Santo, irmã da anterior;
- Brígida Lopes, filha de Domingos Lopes e de Paula Lopes
- Andreia Maria Lopes, irmã da anterior;
- Mariana Ferreira, filha de Manuel Ferreira da Costa e de Antónia Soares.

Todas recebem a promessa de dote matrimonial de 100 taéis com condição habitual de casarem *in facie ecclesiae*, mas cumprindo a exigência de o fazerem antes dos 40 anos. A documentação da Misericórdia deixou apenas registado que Maria de Sousa se casou em 1768 e que Mariana Ferreira conseguiu casar-se em 1773.⁴⁰ É preciso sublinhar que estes registos de casamentos são geralmente bastante rigorosos até porque tratavam da movimentação de verbas importantes da irmandade. A falta, que se tem vindo a acompanhar, de registo de matrimónio de muitas das órfãs a quem foi prometido dote provavelmente indica que, apesar das esmolas elevadas, muitas destas mulheres circulavam no mercado matrimonial macaense sem conseguirem concretizar casamento. A imposição de um limite de idade permitia naturalmente à irmandade encerrar muitos dos processos de promessas de dote, redistribuindo os dinheiros reservados para o efeito.

Em 1768, as actas das reuniões dos mesários registam a selecção de quatro órfãs consideradas, como sempre, “pobres e desamparadas”:

- Joana Pereira, filha de Francisco Pereira de Carvalho e de Antónia Rodrigues;
- Margarida Antunes, filha de João Antunes e de Isabel de Moura;
- Leonor de Torres Heitor, filha de Miguel Heitor e de Caetana de Torres;
- Ana Rosa Dias, filha de Manuel Mateus e de Maria de Vidigal.

Realizadas as votações habituais, Joana Pereira e Ana Rosa Dias recebem a promessa de dote matrimonial de 100 taéis, enquanto Margarida Antunes e Leonor de Torres Heitor são premiadas com 150 taéis por serem filhas de falecidos escrivães da irmandade. O registo documental do trajecto destas órfãs, com dote assegurado no mercado matrimonial da cidade, apenas documentou o casamento de Leonor Torres Heitor, cinco anos depois, em Outubro de 1773.⁴¹ Parece ser difícil arranjar marido “português” e cristão neste período, apesar do dote e das ligações a essas famílias instaladas na Misericórdia. Estava o mercado matrimonial feminino saturado?

Em 1769, em reunião concluída a 21 de Maio, a mesa da Santa Casa presidida por mais um provedor que era também governador e capitão-geral de Macau, Diogo Francisco Salema de Saldanha, decide distribuir 100 taéis por cada uma das quatro candidatas petionárias. O registo documental volta a informar as datas dos seus nascimentos, esclarecendo esta selecção:

- Caetana de Abreu, filha de Manuel Francisco e de Maria de Abreu, nascida a 23 de Setembro de 1756;
- Antónia da Rosa, filha de António Dionísio e de Inácia Vidigal, nascida a 14 de Julho de 1753;
- Ana Maria Marques da Silva, filha de José Marques da Silva e de Ana Maria Jorge Carvalho de Moraes, nascida a 23 de Julho de 1757;
- Ana Luzia de Torres, filha de Alexandre de Torres e de Rita Pereira, nascida a 13 de Dezembro de 1756.

A promessa de dotes ajudou a casar três destas órfãs. Antónia da Rosa, registou o escrivão da irmandade, “casou com Joaquim Francisco e levou o seu merecido dote de cem taéis hoje, 18 de Outubro de 1769”, tinha então 16 anos. Caetana de Abreu casou a seguir, em 1771, com 15 anos. Por fim, Ana Luzia casou em 1773 quando tinha 17 anos.⁴² Informações mais precisas que continuam a sublinhar um modelo feminino de casamento precoce que importa reter e confrontar futuramente com outras investigações primárias.

Em 1771, provedor e mesários reúnem-se a 24 de Março propositadamente para seleccionar órfãs candidatas aos dotes matrimoniais distribuídos pela irmandade. Desconhece-se o registo documental de todas as seleccionadas, descobrindo-se somente a acta em que ficaram indicadas as duas órfãs premiadas com a promessa de dote matrimonial de 100 taéis:

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

- Maria de Severim Manuel, filha de D. João de Severim Manuel e de Inácia Francisco Rodrigues;
- Inácia de Vilanova da Veiga, filha de Tomás de Vilanova da Veiga e de Joana Carvalho.⁴³

Em rigor, este é também o único documento em que um progenitor comparece acompanhado por um aristocrático “dom”, sugerindo tanto o seu nome como o contexto cronológico poder tratar-se de algum descendente de D. Cristóvão de Severim Manuel, fugaz governador de Macau entre 1722 e 1723, completamente hostilizado pelo Senado que o acusou as suas muitas tiranias, dívidas imensas e vida mais do que dissoluta. Conseguiria esta personagem deixar descendência numa cidade que não o suportava?

A partir de 1772, a mesa da Misericórdia decide voltar a alterar o sistema de selecção e atribuição de dotes matrimoniais. O processo deixa de ser anunciado publicamente, passando a iniciativa a ser da responsabilidade individual das próprias órfãs, autorizadas a remeter os seus pedidos directamente ao provedor e mesários. As petições passam a ser discutidas à medida que chegam à Santa Casa, passando agora a incluir-se com outros assuntos no interior das cada vez mais carregadas agendas das reuniões da mesa. A 17 de Maio de 1772 identifica-se um destes processos singulares, pronunciando-se favoravelmente a mesa sobre a petição da órfã Antónia de Abreu, filha de Manuel Francisco Neves e de Maria de Abreu, recebendo a promessa de um dote matrimonial de 100 taéis de prata. Nascida a 4 de Junho de 1758, Antónia de Abreu tinha já – hoje, dir-se-ia apenas – 20 anos quando casou em Outubro de 1778.⁴⁴ A 27 de Agosto de 1772, a mesa volta a despachar positivamente o pedido individual de outra órfã pobre, Ana Leite de Andrade, filha de Domingos Leite de Andrade e de Antónia Gonçalves, recebendo também a promessa de um dote de casamento de 100 taéis de prata. Tendo ficado registada a data do seu nascimento, 4 de Outubro de 1762, não ficou documentado o seu matrimónio.⁴⁵

Ao longo do ano de 1773, a Misericórdia seleccionou três petições singulares de órfãs “pobres e desamparadas” que atendeu favoravelmente. A 17 de Outubro, Domingas da Cunha, filha de Luís da

Cunha Botelho e de Antónia Pereira de Abreu, recebe formalmente a promessa dos mesários de um dote matrimonial de 100 taéis, casando rapidamente em Outubro de 1774.⁴⁶ A seguir, a 31 de Outubro, Josefa da Cunha Pereira, filha de Luís da Cunha Botelho e de Antónia Pereira de Abreu, é também beneficiada com um dote de 100 taéis, mas da sua entrega para apoiar matrimónio não rezam os documentos da Santa Casa.⁴⁷ A 14 de Novembro, Inácia do Espírito Santo e Sousa, filha de Francisco Rangel da Costa e de Joana do Espírito Santo Sousa, recebe da mesa da irmandade um dote de 100 taéis, mas “entrou em Santa Clara e professou”, ficando a prata para o seu casamento depositada nos cofres da tesouraria da Misericórdia.⁴⁸

É preciso esperar por 1775 para se recuperar a caridade matrimonial da Santa Casa. Reunidas as duas únicas petições feitas durante este ano, provedor e mesários deliberam apoiar duas pobres órfãs irmãs com a promessa de 100 taéis para cada uma quando casassem “à face da Igreja”. Tratava-se de Luísa Dias do Rego e Lizarda Dias do Rego, filhas de Nicolau Dias do Rego, defunto irmão da Misericórdia, e de Paul a Pereira.⁴⁹

Em 1776, reunida a 14 de Abril, a mesa da irmandade aceita responder favoravelmente à petição singular enviada pela “pobre e desamparada” órfã Antónia da Silva, filha de Manuel Monteiro da Silva e de Inácia Garcia. Recebe Antónia a carta de promessa de dote matrimonial de 100 taéis, mas não ficou memória documentada do seu casamento.⁵⁰ No mesmo mês, a 21 de Abril, os mesários aprovam o pedido de dote requerido por Rita Margarida da Veiga, filha de Tomás de Vilanova da Veiga e Joana Favacho, arrecadando os 100 taéis quando casou em 1778. Os mesários provavelmente desconheciam, mas os escrivães ainda se lembravam de que a mãe de Rita, Joana Favacho, tinha sido uma das pobres órfãs candidatas a dotes matrimoniais nas concorridas competições públicas de 1745 e 1750, recebendo, nesta última data, o dote de 100 taéis que ajudou ao seu matrimónio com Tomás de Vilanova da Veiga.⁵¹

Passado um ano, em 1777, a mesa da irmandade defere, em reunião de 26 de Janeiro, a petição de duas irmãs órfãs, “pobres e desamparadas”, Francisca Correia de Liger e Maria Ana Correia de Liger, filhas do antigo provedor da Santa Casa António Correia de Liger e de Clara da Luz, conseguindo cada uma receber carta de promessa de dotes matrimoniais de 200 taéis de prata.⁵² Mais tarde no ano, a 19 de Outubro, os mesários são

Escritura do empréstimo de 3500 taéis concedido a Manuel Pereira da Fonseca, datada de 19 de Dezembro de 1773. (AHM / SCM. Livro 306, fl. 89).

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

também generosos para com a solicitação da órfã Rita de Abreu, filha de Manuel Francisco das Neves, antigo irmão da Misericórdia, e de Maria de Abreu, acordando-lhe 100 taéis, rapidamente recebidos quando, em 1778, conseguiu casar.⁵³

Em 1778, mantém-se este ritmo de duas petições de órfãs pobres atendidas por ano. Logo a 25 de Janeiro, a mesa da Misericórdia concorda em prometer um dote de casamento de 200 taéis de prata a Clara Correia da Luz, visto que era mais uma das filhas de um defunto provedor, António Correia de Liger, e de Clara da Luz.⁵⁴ A 7 de Junho do mesmo ano, o pedido enviado aos mesários por Maria Antónia Teixeira, filha do falecido irmão da Santa Casa, Alexandre Silva, e de Ana Dias recebe a respectiva promessa de um dote matrimonial de 100 taéis.⁵⁵ Em nenhum dos casos sobreviveram registos dos seus matrimónios.

Em 1779, provedor e mesários decidem, a 7 de Abril, atender com promessa de dote de 100 taéis as petições de duas órfãs que tinham conseguido justificar a sua pobreza: Rita Dutra de Viana, filha de Francisco Dutra de Viana, falecido irmão da Santa Casa, e de Rita Pires, moradora em S. Lourenço e Rita Leite de Andrade, filha de Domingos Leite de Andrade, outro defunto irmão da Misericórdia, e de Antónia Gonçalves, a residir igualmente na paróquia de S. Lourenço.⁵⁶ Mais tarde no ano, a mesa da irmandade, em reunião mantida a 24 de Outubro, delibera dotar também com 100 taéis de prata Domingas Pires Viana, filha de Bernardo Pires Viana, desaparecido irmão da Casa, e de Ana Rosa Heitor, pobre órfã que habitava na freguesia de S. Lourenço.⁵⁷ Não chegaram até nós quaisquer informações documentadas sobre a concretização dos seus matrimónios.

A fechar este demorado caminho cheio de órfãs “pobres e desamparadas”, mas também povoado por muitos falecidos provedores, oficiais e irmãos da Santa Casa, a 18 de Junho de 1780 a mesa da Misericórdia volta a mobilizar uma promessa de dote matrimonial de 100 taéis de prata a beneficiar Isabel da Rosa Moniz, filha de Tomás Moniz, outro desaparecido irmão, e de Ana Maria Rosa.⁵⁸ Registos do seu casamento não se encontram e a documentação da irmandade, como que quisesse atender à mudança de década, deixou de preservar a memória de mais pobres órfãs e da sua procura de dotes matrimoniais. Uma situação que concorre mesmo para explicar a ausência de registos de casamentos posteriores a esta derradeira

data de 1780, encerrando de qualquer forma uma série documental longa e rara que importa tentar perceber nos seus sentidos sociais mais importantes. O que obriga novamente a mobilizar alguns desses “pesados” exercícios de quantificação, a ponderar com as prevenções metodológicas conhecidas.

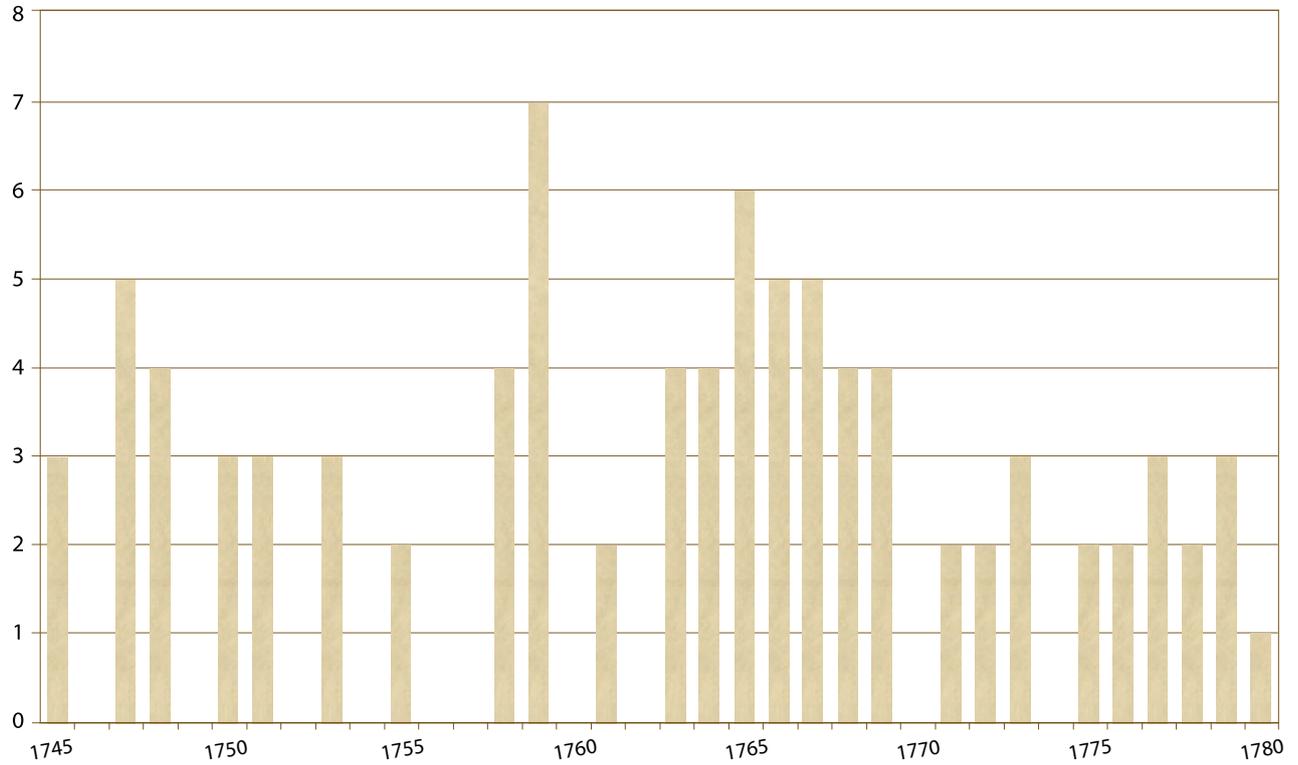
Em termos gerais, esta série de investimentos em dotes matrimoniais a distribuir por “pobres e desamparadas órfãs”, todas naturais de Macau e filhas de “portugueses”, organizou 18 competições públicas e atendeu 18 petições singulares. No total, registam-se 101 candidaturas e 70 órfãs aprovadas a receber promessa de dotação para os seus futuros casamentos (69%). Somando estes dados ao número de petições favoravelmente respondidas, chegamos a 88 órfãs dotadas neste período de 36 anos. Descontados os nove anos em que não se distribuíram dotes, podemos fixar uma média anual significativa de 2,25 órfãs apoiadas nos seus esforços de circulação com vantagens no mercado matrimonial cristão e “português” do enclave macaense. Uma média a ponderar no interior da distribuição gráfica das 88 dotações (Quadro I) em que se destaca o generoso período entre 1763 e 1769, distribuindo dotes a 34 órfãs (37%) e excluindo apenas três candidatas.

Esta colecção de 88 esmolos matrimoniais obrigaram a Misericórdia a prometer disponibilizar um total de 10 150 taéis de prata, um esforço financeiro considerável, mesmo quando três das dotadas desistiram do seu dote e quando, mais generalizadamente, temos poucas certezas sobre a aplicação destas verbas na efectiva concretização de todos os casamentos das órfãs apoiadas. Estes capitais para dotes matrimoniais distribuem-se entre um máximo de 1000 taéis para 1759 e de apenas 100 taéis para 1780, movimento que oferece uma distribuição serial em que, como seria de esperar, voltam a destacar-se os investimentos dirigidos para o período entre 1763 e 1769, sete anos que convocam promessas de dotes somando 3500 taéis, cerca de 35% do total dos capitais depositados, garantindo alguma estabilidade geral à *ratio* entre o número de seleccionadas e os dotes atribuídos, apesar da distribuição ser ligeiramente alterada pelas esmolos mais generosas dirigidas às seis filhas de provedores e às duas órfãs de tesoureiros da irmandade (Quadro 2).

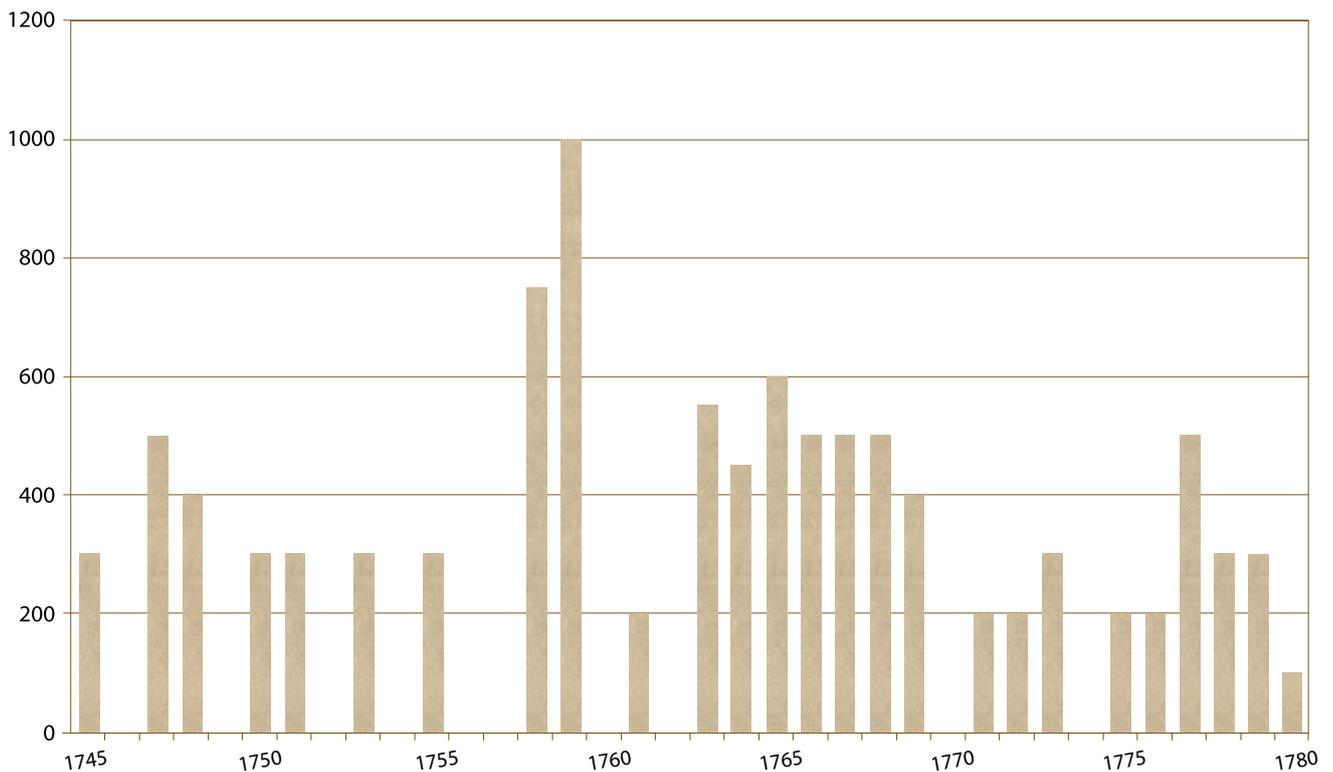
Os restantes dados oferecidos por esta série documental de 36 anos de dotações matrimoniais às nossas jovens órfãs (nem sempre...) “pobres

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

Quadro I. Distribuição gráfica dos dotes atribuídos entre 1745 e 1780.



Quadro 2. Valor (em taéis) dos dotes atribuídos entre 1745 e 1780.



MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

e desamparadas” não autorizam mais do que a apresentação de algumas pistas quantitativas dominadas por hiatos e informação escassa. Assim, com rigor documental, apenas se indica que estas órfãs eram filhas de treze irmãos da Santa Casa, a somar aos seis provedores, dois tesoureiros e dois escrivães, acompanhadas ainda de filhas de um vereador do Senado, de um juiz dos órfãos e de um mercador documentalmente registado como tal. Distribuição qualitativa limitada, mas já sabemos, com suficiente resguardo documental, que estas órfãs são muito maioritariamente oriundas das famílias das burguesias comerciais que se tinham instalado para ficar na Misericórdia, acedendo também com frequência às vereações e ofícios do Senado. Apenas se documenta a idade do casamento de dezassete das órfãs apoiadas pelos dotes da irmandade (20%), oscilando entre esses mínimos legais de 12 anos e estendendo-se até a um máximo de 27. A média geral da idade matrimonial destas órfãs situa-se em 17,76 anos, o que parece indiciar um modelo de casamento precoce, bastante diferente dos padrões de casamento tardio dominantes na Europa pré-industrial deste período. Ainda assim, esta tendência indiciária deve ser cruzada com a média de espera destas jovens mulheres no mercado matrimonial da cidade, conseguindo-se apurar que para estas dezassete órfãs finalmente casadas mediaram em média 3,58 anos entre a aprovação pela irmandade dos seus dotes e a consumação do casamento, balançando entre um mínimo de dois meses e um máximo de dez anos. Não era, assim, o dote, relativamente elevado para os padrões socioeconómicos conhecidos das mulheres de Macau no período setecentista, uma garantia de rápido casamento e mesmo de concretização efectiva do matrimónio.

Compreender melhor os sentidos sociais destes indícios na caracterização do mercado matrimonial feminino da parte cristã da cidade, progressivamente mais representada como “macaense”, obriga a um renovado esforço de tentar perceber documentalmente as estruturas sociais e económicas que pressionavam e tentavam organizar a circulação nupcial destas jovens órfãs que, apesar de representadas como “pobres e desamparadas”, constituíam um sector absolutamente privilegiado da sociedade local concorrendo para as suas estratégias de reprodução dos poderes sociais e da concentração da riqueza.

FAMÍLIA E CAPITAL: O “ESTILO MERCANTIL”

Para extrema felicidade do historiador profissional, salvaram-se colecções documentais mais do que abundantes do antigo arquivo da Misericórdia de Macau, iluminando grupos sociais e investimentos comerciais com impacto importante na estruturação social e económica da “cidade cristã”, alargando-se das suas famílias dominantes aos jogos mais subtis de especialização de alianças, parentescos e mercados matrimoniais. Começamos pelo fim. Em 1799, a irmandade decide reformar os seus livros de registos financeiros de rendimentos dos legados deixados pelos defuntos, conseguindo ainda apurar um total de 231 legados, destacando-se uma evidente maioria de 215 documentos que distribuía generosos dotes e esmolas para apoiar a entrada no mercado matrimonial de jovens órfãs e mulheres pobres. Tentando, no final do século XVIII, organizar um livro financeiro escrupuloso em que se registasse e actualizasse toda a história dos legados e dos seus lucros a ganhos marítimos, tesoureiro e escrivão da irmandade decidem que

“Há-de servir este livro para nele se lançarem os fundos que por suas instituições administra a confraria da Santa Misericórdia desta cidade, o põe em giro marítimo segundo consta do *ratio* formado por Nicolau Tolentino de Pina aprovado e registado no livro dos legados escriturado pelo morador Félix José Coimbra a folha 53 e folha 54 sobre o que se mostrou existente em 1799 lançando-se em títulos separados as competentes disposições testamentárias no começo da escrituração que deve fazer-se em estilo mercantil por débito e crédito passando-se a este por primeira adição as originárias entradas como do mesmo livro depois acrescido assim no dito *ratio* como nas que sucessivamente se forem fazendo.”⁵⁹

A criteriosa contabilidade de entrada dupla feita pelo mercador Félix José Coimbra, a partir das lições desse outro mercador com pretensões no campo da “teoria” da contabilidade comercial, Nicolau Tolentino de Pina, antigo escrivão da Santa Casa, tinha conseguido apurar que muitos vetustos legados continuavam a alimentar os cofres da irmandade. Entre outros exemplos, minuciosamente contabilizados, encontrava-se, por exemplo, o legado testamentário de 100 taéis deixado

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

por Francisco das Naus, em 1616, permanecendo vivo no seus actualizados 121,203 taéis de prata;⁶⁰ o mesmo acontecia com as verbas deixadas em testamento, em 1713, pelo mercador e antigo provedor da Casa Manuel Favacho, rendendo ainda a sua antiga esmola de 1000 pardaus uns simpáticos 1627,581;⁶¹ o legado testamentário do comerciante Lino Pereira, datando de 1723, tinha também crescido de 500 taéis para 684,556 taéis;⁶² o legado oferecido pelo rico mercador e antigo juiz dos órfãos Pascoal da Rosa, deixando a terça dos seus bens nos depósitos da Misericórdia, rendia uns bons 902,279 taéis;⁶³ da esmola de 500 taéis de prata dirigida, em 1724, à Santa Casa pelo muito poderoso mercador, “senador” e provedor Francisco Rangel ainda restavam uns generosos 1219,189 taéis;⁶⁴ mais lucrativas e recentes, as 400 patacas legadas em 1787 à irmandade por Domingos Marques tinham sido habilmente investidas a ganhos que, somados ao capital inicial, atingiam a bonita soma de 1759,659 taéis.⁶⁵ São muitas as dezenas de antigos legados transportados para esta contabilidade de partida dupla que permaneciam lucrativos, quase desafiando as crises e decadências comerciais (e as suas teorias) com que se tem debuxado, apressadamente, a paisagem da história económica de Macau, conquanto lá apareça a famosa excepção que confirma a regra: das 2000 patacas legadas à Santa Casa, em 1781, pelo influente mercador, proprietário de navios e várias vezes provedor António José da Costa, restavam “apenas” 1765,802.⁶⁶ Reavaliando, afinal, a própria fortuna da Misericórdia, demoradamente estribada na atracção de legados testamentários e na sua multiplicação a ganhos do mar, este livro escrupuloso interessa-nos mais por essa sorte de doutrina fixada na sua apresentação: a eficácia do “estilo mercantil”. É esta noção que, enformando também a mentalidade social dominante na história social de Macau entre finais do século XVI e o ocaso do século XVIII, verdadeiramente ajuda a explicar tanto a sobrevivência de elites e poderes como a destes preciosos legados.

Os cuidadosos livros e contratos em que a Santa Casa foi aplicando a generosidade muita das últimas vontades dos seus benfeitores precisavam de reforma. Os mais antigos livros de ganhos a risco estavam já definitivamente perdidos em meados do século XVIII, destruídos “pela traça e pela formiga”, de acordo com as explicações do escrivão. A reforma dos registos de contabilidade de legados e ganhos marítimos, realizada em 1799, permitiu ainda preservar e copiar alguma

documentação anterior, sendo actualmente possível investigar esta informação desde 1760. Deste ano até 1796, as séries documentais de contratos e ganhos a risco são contínuas, mostrando-se mesmo extremamente rigorosas a partir de 1763, interrompendo-se depois, quase no final do século, para serem retomadas de forma mais organizada a partir de 1805.⁶⁷ Interessa convocar estas fontes, procurando fixar a nossa atenção nesses 21 anos em que esta documentação financeira coincide com a informação recolhida sobre a distribuição de dotes matrimoniais dados a essas órfãs “pobres e desamparadas”: entre 1760 e 1780, estas duas ordens de investimentos, igualmente cerzidos com a fortuna económica de centenas de legados testamentários, cruzam-se cronologicamente, decidem-se pelos mesmos provedores e mesários, redigem-se até pelas mãos dos mesmos escrivães. Cruzar-se-ão também em termos sociais? Uma resposta que obriga previamente a navegar um longo caminho de muitos tratos marítimos, empréstimos e juros, acompanhando fretes, barcos, tratos e capitais da elite mercantil macaense.

Começando a reconstruir as lições documentais dos registos de empréstimos a juros sobre viagens comerciais marítimas concedidos pela Santa Casa desde 1760, sigam-se os quadros de destinos, mercadores e capitais (ver Anexo). Recorde-se que se tratava de empréstimos feitos em prata pesada na balança da Misericórdia, sendo depois recebidos os capitais emprestados acrescidos dos respectivos juros também em taéis de prata. Muito dinheiro e muita prata.⁶⁸

Tratemos de organizar as expressões quantitativas gerais desta longa navegação de 21 anos ao lado da mais activa burguesia mercantil de Macau. Descubrem-se 222 contratos de empréstimos a ganhos marítimos realizados pela Santa Casa, beneficiando 71 diferentes mercadores, mas aparecendo apenas 29 associações quase sempre limitadas a dois parceiros, apesar de quase metade das viagens mobilizarem, pelo menos, dois diferentes investidores. Ao longo do período analisado, a Misericórdia ofereceu um total impressionante de 517 245 taéis que esclarecem, desde logo, que a irmandade era de muito longe o mais importante cofre e banco da cidade, sem os quais não era possível assegurar os capitais que permitiam a movimentação do comércio com que vivia largamente o enclave. O enorme volume de empréstimos realizado alimentou a actividade de dezenas de diferentes embarcações que realizaram as suas viagens comerciais com um extraordinário sucesso,

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

apenas se registando um singular naufrágio e uma perda parcial de carga comercial. Dados que voltam a desafiar as mais persistentes teorias sobre a decadência económica setecentista da cidade de Macau. Estes números de negócios e capitais desafiam até as diferentes concorrências europeias que procuravam instalar-se nos tratos dos mares do Sul da China, sugerindo formas de acumulação de capital, sob a protecção da Misericórdia, que organizam uma série de empréstimos que interessa fixar na sua dimensão gráfica (Quadro 3).

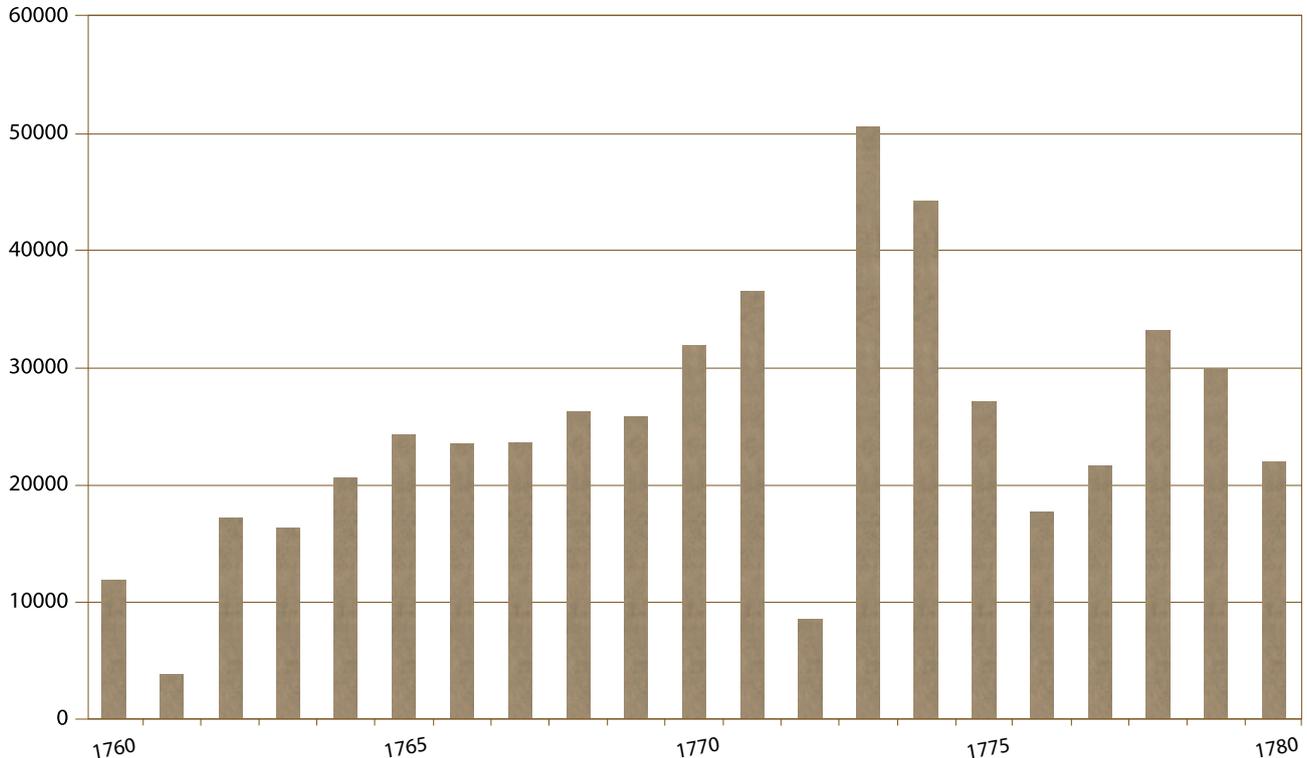
Mais importante para o nosso estudo do que as muitas portas abertas por esta série para a renovação da história económica da segunda metade do século XVIII macaense, interessa, sobretudo, tentar investigar criteriosamente os sentidos sociais que séries e quantidades, capitais e mercadores podem iluminar nas várias sombras e penumbras da história social de Macau. Repare-se que, à nossa frente, nesta documentação desfila a grande e média burguesia comercial do território: Agostinho António Spada, André Moniz, António Botelho Homem Bernardo Pessoa, António José da Costa Júnior, António José Pereira, António José Ribeiro, António Roiz Chaves, António Vicente Rosa, Apolinário da Costa, Baltasar Manuel de Almeida, Bartolomeu Vicente Rosa, Caetano da Costa Pereira, Diogo de Mendonça Corte Real, Domingos Marques, Félix José Coimbra, Félix Mendonça Furtado, Felizardo José de Mendonça, Filipe Lourenço Matos, Francisco Ferreira da Silva, Inácio Rangel da Costa, João Carlos Dias, João da Costa de Brito, João Francisco Belém, João Gonçalves Seixas, Joaquim Carneiro Machado, Joaquim José Vasques, Joaquim Modesto de Brito, José Caetano Pinto de Almeida, José Carlos Brazão, José da Costa Quelhas, José de Sousa Correia, José Lourenço de Matos, José Miguel, José Pereira da Costa, Manuel Coelho, Manuel Homem de Carvalho, Manuel Joaquim Barradas de Azevedo, Manuel Lopes Correia, Manuel Marinho Monteiro, Manuel Tomás Cardoso e Almeida, Manuel Vicente Rosa, Miguel Francisco da Costa, Nicolau Pires Viana, Simão de Araújo Rosa, Tomé Francisco de Oliveira. A estes mercadores que não ganharam biografias e direito a histórias, mas que faziam girar a vida comercial de Macau, somem-se os generosos empréstimos concedidos aos próprios provedores da Santa Casa: António Correia de Liger, provedor em 1762 e 1769; António Gonçalves Guerra, provedor em 1780; António José da Costa, provedor em 1763, 1774 e 1779; João Ribeiro Guimarães, provedor em 1770

e, depois, apenas nos primeiros meses de 1771; João Fernandes da Silva, provedor em 1765; João da Fonseca e Campos, eleito provedor em 1775, mas desistindo nos meses finais do ano a favor de António José da Costa; Joaquim Lopes da Silva, provedor em 1761, 1767 e nos finais de 1771, quando abandonou o cargo, mas voltando a ser eleito em 1773, mas rapidamente deixando a provedoria ao cuidado de Simão Vicente Rosa; Manuel Pereira da Fonseca, provedor em 1776, 1777 e 1778; Simão Vicente Rosa, provedor em 1764, 1772 e 1773. Não nos deixemos, porém, deslumbrar por esta galeria: estes nomes definem um grupo social – se quisermos, uma “classe” – numericamente limitado que, pese embora a sua prosperidade económica e poder social, se afigura mesmo estreito para um território demográfico que poderia ter já entre 12 a 15 mil habitantes. Não nos esqueçamos que nesta constelação de “estrelas” mercantis se descobre apenas (apenas? ou até?) uma empreendedora mulher: Maria Pereira, nora e herdeira de parte dos capitais e barcos do famoso provedor Feliciano da Silva Monteiro, explorando a sua chalupa *S. Filipe e S. Tiago*, sobretudo em viagens para os portos do Coromandel e para o golfo de Bengala. As viagens em que arriscou Maria Pereira foram todas lucrativas e apetece perguntar como era possível que as suas cunhadas se apresentassem perante a Misericórdia, antes dirigida pelo seu pai, como órfãs “pobres e desamparadas”?⁶⁹

Uma investigação mais cuidadosa na circulação destes capitais e mercadores rapidamente descobre outras constantes entre favores confraternais e hereditariedade mercantil. Os nossos provedores não apenas apropriavam parte importante dos empréstimos como dominavam os tratos marítimos, associando rapidamente os seus filhos a estas aventuras mercantis com a prata da sua Misericórdia. Assim, desde 1773, António José da Costa Júnior começa a entrar todos os anos, associado ao seu homónimo pai, na altura provedor da Santa Casa, ou autonomamente, nestas viagens mercantis com taéis emprestados.⁷⁰ No mesmo ano – teria havido algum tipo de acordo entre presente e anterior provedores? – encontramos também o irmão de Simão Vicente Rosa, de seu nome Simão de Araújo Rosa, e os filhos do primeiro, António Vicente Rosa e Manuel Vicente Rosa, a empregar os créditos da irmandade em que o seu pai era então escrivão no financiamento de viagens comerciais para Batávia, para portos malaios, para o Coromandel e para Goa.⁷¹ Em 1780, a hereditariedade estende-se

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

Quadro 3. Montante (em taéis) dos empréstimos concedidos entre 1760 e 1780.



ao neto, Manuel Vicente Rosa Pereira, navegando taéis da irmandade que o seu avô dirigira para comerciar em Surrate.⁷² Neste mesmo ano, chega a vez de um “segundo filho”, Miguel Francisco da Costa, comerciar a crédito da irmandade, sendo apresentado como “administrador da negociação de seu pai” na muito activa chalupa familiar da invocação de *N. Sra. do Amparo*.⁷³ Em 1774, António Correia de Liger convida para estas viagens, com o dinheiro da sua Misericórdia, o seu cunhado Filipe Neri do Rego.⁷⁴ Em 1780, integra o seu filho, Filipe Correia de Liger, nas aventuras da mercancia com os cabedais da Santa Casa.⁷⁵ Em 1776, ano em que era provedor da irmandade, Manuel Pereira da Fonseca passa a financiar com a prata da Santa Casa as aventuras comerciais do filho, Jacinto da Fonseca.⁷⁶

Os provedores levam as partes de quinhão dos empréstimos da irmandade. Retenham-se apenas as lições dos “peixes mais graúdos” por ordem decrescente: António José da Costa movimentou 89200 taéis emprestados pela sua casa; a seguir, apesar de falecido no final de 1774, Simão Vicente Rosa foi buscar emprestados à Santa Casa 70 400 taéis; João Ribeiro Guimarães arrecada da sua Santa Casa 48 350 taéis de empréstimos para as suas aventuras comerciais. Entre os três “peixes

mais graúdos” reúnem-se 207 950 taéis, praticamente 40% do total do dinheiro movimentado pela irmandade ao longo destes 21 anos.

Não admira, assim, que os três procurassem integrar família e descendência nos seus negócios à custa dos cofres da Misericórdia de que várias vezes foram provedores. Esta situação obriga ainda, agora com consequências sociológicas mais complexas, a apertar ainda mais a “classe”: os três grandes mercadores e provedores não apenas monopolizavam os capitais emprestados pela Santa Casa, como os barcos e as viagens comerciais de Macau.

São provavelmente estas práticas de favorecimento de provedores, suas famílias e clientela mercantis que foram multiplicando as críticas e desconfianças de vários sectores da vida política e religiosa de Macau. Mas trata-se talvez de críticas quase também de “classe”. Quer dizer, críticas sociais e morais que se dirigem contra o grupo social que dominava a vida da cidade, ocupava o Senado e a Misericórdia, monopolizava o seu comércio e exibia uma fiel “devoção” a esse “estilo mercantil”. E, no entanto, a “cidade cristã” vivia ao ritmo dos sucessos comerciais deste grupo. Extremamente eficazes tanto como lucrativos. As suas viagens comerciais espalham-se

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

por todos os mercados importantes do Índico e do Sudeste Asiático. Descontado o caso singular de uma aventura comercial a Moçambique, paga, como se registou, a 40% de juros, todos os espaços económicos relevantes entre a Índia e as Filipinas encontram-se anualmente contemplados: os portos do Malabar e do Coromandel, Surrate, Bombaim, Madrasta e, naturalmente, Goa; tratos no Ceilão; negócios na Birmânia, no Sião, em vários portos malaios, incluindo Malaca, no Sul do Vietname e mesmo no Norte do Achém; os caminhos das especiarias indonésias recolhem-se no Norte do Bornéu, em Java e Sulawesi; muitas toneladas de chá e seda chinesas vendem-se aos protestantes “capitalistas” da Companhia holandesa das Índias Orientais, instalados em Batávia; mais longe carrega-se sândalo, escravos e ceras de Timor com visitas curiosas a Bali, Sumbawa e Lombok, comprando madeiras, especiarias e produtos exóticos, para além de se alargarem os tratos escravistas; mais longe, são estas viagens e estes mercadores que asseguram a comunicação comercial com Manila sempre que o Senado não consegue realizar viagens anuais. Excluindo o comércio sazonal, tão complexo como vigiado, na “feira” de Cantão, gerido ferreamente pelo Leal Senado por imposição dos mandarins regionais em nome do “celestial” imperador chinês, todos os itinerários comercialmente importantes estão contemplados. A prata do Japão estava há muito perdida, desde o início da década de 1640, mas esta “classe” mercantil de Macau soube reconstruir uma rede impressionante de destinos comerciais que, em rigor, pagavam a vida da comunidade cristã da cidade.

Como é que este grupo agia socialmente? As suas famílias casavam entre si? Edificaram uma rede de alianças sociais apertada? Podemos, pelo menos, sugerir algumas perplexidades. Estes mesmo mercadores que dominam os tratos animados por Macau são exactamente aqueles que, depois das suas mortes, deixavam na orfandade essas suas filhas “pobres e desamparadas” que a Misericórdia vai favorecendo com generosos dotes matrimoniais. Seria para salvar a “classe”? Exploreemos possíveis indícios, cruzando mais estreitamente as séries de empréstimos da Santa Casa e essa mais caritativa série de dotes matrimoniais para as pobres “órfãs e desamparadas”. Apesar da diferença de repercussões cronológicas entre uma série de mais do que vivos mercadores e uma série de órfãs fundamentalmente de progenitores, encontram-se associações reveladoras. Assim, em 1758, a Santa

Casa ofereceu um dote matrimonial de 200 taéis a Ana Correia de Liger que era irmã do influente mercador António Correia de Liger, provedor da Misericórdia, como vimos, em 1760, 1762 e 1769. Um pouco mais tarde, em 1767, novos dotes matrimoniais apoiam com 100 taéis individuais os futuros matrimónios de Vitória de Sousa do Espírito Santo e Maria de Sousa do Espírito Santo, bem como mais tarde, em 1773, com a mesma verba, Inácia do Espírito Santo Sousa, todas irmãs de Inácio Rangel da Costa que encontramos em 1779 a negociar em Manila com dinheiro da Santa Casa. Em 1777, são já as próprias filhas do entretanto falecido António Correia de Liger, de seus nomes Francisca Correia de Liger e Maria Ana Correia de Liger, que recebem dotes de 200 taéis. No ano seguinte, a caridade da irmandade para com estas estranhas órfãs “pobres e desamparadas” chega a outra filha de Liger, Clara Correia da Luz, herdando o nome da sua “mestiça” mãe Clara da Luz. Mas as pistas mais exemplares acumulam-se em torno da descendência feminina do rico mercador e várias vezes provedor Feliciano da Silva Monteiro: Agostinha da Silva recebe dote de 200 taéis de prata em 1755; Boaventura da Silva obtém promessa de dote em 1758; novos dotes de 200 taéis seleccionam Luísa da Silva e Maria do Espírito Santo Silva. Por isso não admira que, à roda de 1743, o consciencioso bispo Frei Hilário de Santa Rosa – o derradeiro bispo a conseguir ser provedor da Santa Casa – escrevesse ao rei sobre a eleição nesse ano de Monteiro para a provedoria da Misericórdia que

“Fizeram com votos subornados e peitados uma eleição a mais ignominiosa que jamais se viu dizendo à vista dela os mais ignorantes que tinha acabado a Misericórdia de Macau. Para prova desta verdade bastará dizer a Vossa Magestade que o provedor actual é um Feliciano da Silva Monteiro, caçador que foi do Senhor Infante D. Francisco, que Deus haja, e que por ordem de Vossa Magestade veio degredado para a Índia, mas como Macau é o asilo desta gente que, nem em Goa, nem na Costa da Índia, pode parar, aqui casou e vive com o título de Nobre, por ser concunhado de um dos homens grandes desta terra. Na verdade, é um peralvilho e está endividado em grandes quantias, para mais correm aqui notícias que em Portugal fez umas mortes. Passa por valentão e pos esta última das suas prendas foi promovido no dito ofício.”⁷⁷

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

A verdade é que a Santa Casa não morreu, continuou dominada também por alguns destes raríssimos portugueses transformados em “macaenses” que, integrados nas burguesias mercantis locais, encontravam casamentos favoráveis e poder muito à frente da irmandade, circulando activamente nos tratos promovidos pelo território com os generosos taéis da Misericórdia. Feliciano da Silva Monteiro, o “caçador”, provavelmente de fortuna, também prosperou. Tinha casado com uma filha do riquíssimo comerciante Francisco Leite Pereira, Joana Pereira, deixando barcos e fortunas ao seu único varão Manuel da Silva Monteiro que, depois do seu falecimento, passariam para a única mulher que encontrámos a negociar com os taéis da Santa Casa do sogro, Maria Pereira. Apesar desta actividade comercial, após a morte do seu marido Maria Pereira não hesitou em pedir para a sua filha Gertrudes de Jesus, apenas representada como órfã “pobre e desamparada”, os dotes matrimoniais da Misericórdia: em 1755, o dote não foi concedido até porque a sua tia, Agostinha da Silva, recebeu os 200 taéis a que tinha direito como filha de provedor, o avô da pobre Gertrudes, Feliciano da Silva Monteiro, mas em 1763 conseguiu ganhar a promessa de um dote de 100 taéis que passou generosamente, com o acordo da irmandade, para a sua irmã Joana Silva Pereira. Tudo a bem da “classe”, melhor, da reprodução do poder familiar. Em rigor, as duras críticas do nosso bom Frei Hilário de Santa Rosa incomodavam-se verdadeiramente com o sistema de poder político, social e económico instalado na cidade, dominado por esta burguesia comercial com a sua “capitalista” mentalidade que tinha conseguido o monopólio dos dois pilares do “regime”: o Senado e a Câmara. O bispo compreendeu o sistema e tentou, sem sucesso, lutar contra ele. Na verdade, os poderes eram estreitos para que neles coubessem outras elites mesmo de inspiração eclesiástica e religiosa. Vai daí, Frei

Hilário de Santa Rosa escreveu na mesma altura, entre 1748 e 1749, também uma carta ao vice-rei muito mais esclarecedora sobre o poder da burguesia mercantil de Macau e as suas duas principais instituições políticas e sociais:

“Como uns e outros alternativamente administram os cabedais da Misericórdia e da Cidade [Senado] lhes convém muito cobrirem uns aos outros as suas tramóias, por isso a Misericórdia não se queixa e a Cidade louva este silêncio. Esta máxima de viver, servindo uns aos outros de capa de velhacarias, está aqui tão estabelecida, que dizem ser-lhes impossível viverem de outra sorte, sem repararem que deste modo é que tem nascido a decadência desta Cidade que vai caminhando com pressa para a sua total ruína...”⁷⁸

Da mesma forma que a Santa Casa continua, ainda hoje, de pé e activa no coração de Macau, a cidade também não soçobrou em ruínas. As ruínas mais célebres são, como se sabe, as do antigo colégio dos jesuítas de que resta a fachada da igreja da Madre de Deus, o mais famoso ex-líbris macaense. Na verdade, os grupos sociais que foram dominando o enclave com tratos comerciais e inteligentes estratégias de sobrevivência política não se reproduziram até finais do século XVIII apenas porque souberam reinventar os caminhos dos comércios e preservar as suas instituições de poder. Conseguiram subtilmente muito mais, criando formas de parentesco e famílias, percebendo que, numa cidade demograficamente dominada por mulheres, conseguir controlar mais de metade do céu era muito mais de meio caminho andado para dominar a terra. **RC**

Nota do autor: Este artigo foi elaborado no âmbito de uma Bolsa de Investigação concedida pelo Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau.

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

NOTAS

- 1 O próprio senado da Câmara reconhecia em reunião realizada em 1720 que havia contribuído para a recuperação económica comercial do enclave a proibição imperial de navegação de barcos chineses, o que tornava “mais livres os quatro barcos da cidade”. Ao mesmo tempo, tinha sido possível assegurar com 15 embarcações as viagens comerciais para Batávia e reabrir novas direcções marítimas para Mergui e Tenassarim, na baixa Birmânia, para Junceirão, em Puket, para Pinang, Achém, Kedah, Johor, Talangana, nas Molucas, a que se juntavam itinerários largamente activos para o Sião, Camboja, Cochinchina, sul do Bornéu e, naturalmente, Timor com as suas ligações às Flores e Sumbawa. O Senado definiu ainda nesta reunião importante as condições de acesso a estes tráficos comerciais com estas piedosas declarações: “Deus permita estabelecer uma grande República com muitos aumentos”. Os barcos deveriam ter capitão português ou um seu filho morador na cidade, enquanto as ligações comerciais para Manila apenas deslocariam embarcações propriedade de “português cidadão”, enquanto os 14 ou 15 barcos dos tratos de Batávia podiam ser organizados por qualquer “Português cidadão que se achar com cabedais” (*Arquivos de Macau*, 3.^a série, II, n.º 6, Dezembro de 1964, pp. 323-325; Vereação de 1720, Agosto, 31).
- 2 *Arquivos de Macau*, 3.^a série, II, n.º 5, Novembro de 1964, p. 280.
- 3 *Arquivos de Macau*, 3.^a série, II, n.º 5, Novembro de 1964, p. 280.
- 4 *Arquivos de Macau*, 3.^a série, II, n.º 5, Novembro de 1964, p. 280.
- 5 *Arquivos de Macau*, 3.^a série, II, n.º 5, Novembro de 1964, p. 303.
- 6 *Arquivos de Macau*, 3.^a série, II, n.º 5, Novembro de 1964, p. 303.
- 7 *Arquivos de Macau*, 3.^a série, II, n.º 5, Novembro de 1964, p. 303.
- 8 *Arquivos de Macau*, 3.^a série, II, n.º 6, Dezembro de 1964, p. 332 (Acta de Vereação de 1720, Dezembro, 27).
- 9 *Arquivos de Macau*, 3.^a série, VI, n.º 3, Setembro de 1966, p. 136 (Acta de Vereação de 1726, Setembro, 11).
- 10 *Arquivos de Macau*, 3.^a série, III, n.º 1, Janeiro de 1965, p. 54 (Acta de Vereação de 1727, Fevereiro, 22).
- 11 *Arquivos de Macau*, 3.^a série, V, n.º 3, Março de 1966, pp. 153-154 (Acta de Vereação de 1711, Abril, 29).
- 12 Arquivo Histórico de Macau [AHM], *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 106, fl. 2.
- 13 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 1 (Edital de 1745, Maio, 31).
- 14 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 1v.
- 15 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fls. 1v.-4.
- 16 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fls. 4v.-5.
- 17 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fls. 8-9v.
- 18 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 51v.
- 19 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fls. 51v.-52.
- 20 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 54.
- 21 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 58v.
- 22 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 63v.
- 23 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 57v.
- 24 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 87.
- 25 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 89v. (Edital de 1755, Maio, 6).
- 26 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fls. 89v.-96.
- 27 A pobreza desta órfã, filha de Feliciano Monteiro, obriga quase a denunciar a “doutrina” destes processos: o nosso defunto era um destacado membro da alta burguesia mercantil do enclave, dono de vários barcos e perfeitamente mergulhado nos tratos mercantis da Cochinchina, de Goa e da costa do Coromandel, acumulando grande fortuna mobiliária e imobiliária. Várias vezes emprestaria somas avultadas ao Senado camarário e mesmo à Santa Casa, sendo muito difícil aceitar a completa dispersão dos seus vastos cabedais e a miséria de uma família que tinha herdado vários milhares de taéis em letras de dívida sobre créditos emprestados a instituições públicas e privadas, civis e religiosas, a somar às dívidas a cobrar a muitos mercados locais. (AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 7).
- 28 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fls. 95v.-96.
- 29 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fls. 99v.-100.
- 30 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fls. 105v.-106.
- 31 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 106.
- 32 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 106.
- 33 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 127.
- 34 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 127v.
- 35 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 143v.
- 36 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 154.
- 37 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 157v.
- 38 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 161v.
- 39 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 161v.
- 40 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 164v.
- 41 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 166.
- 42 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 169.
- 43 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 177.
- 44 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 180v.
- 45 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 181v.
- 46 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 184v.
- 47 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 185v.
- 48 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 186.
- 49 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 191.
- 50 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 210v.
- 51 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 211v.
- 52 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 213v.
- 53 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 222v.
- 54 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 227v.
- 55 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 231v.
- 56 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 240.
- 57 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 243.
- 58 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 99, fl. 247v.
- 59 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 19, fl. 1.
- 60 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 19, fl. 5.
- 61 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 19, fl. 6.
- 62 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 19, fl. 8.
- 63 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 19, fl. 12.
- 64 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 19, fl. 9.
- 65 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 19, fl. 20.
- 66 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 19, fl. 25.
- 67 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 269.
- 68 Parte da documentação que iremos utilizar foi tratada de forma bastante sumária e com vários erros em Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, Macau, Instituto Cultural de Macau/Museu Marítimo de Macau, 1993, pp. 55-94. O nosso autor salta de 1764 para 1781, mas existe documentação para os anos não estudados. Refere-se também que o Livro 73 (actualmente 306) do Arquivo da Misericórdia oferece documentação “até aproximadamente 1790”, o que não é exacto, já que este registo se alarga até finais de 1796 sem quaisquer falhas.
- 69 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fl. 68.
- 70 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fl. 88.
- 71 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fl. 89v.
- 72 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fl. 148v.
- 73 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fl. 157v.
- 74 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fl. 101v.
- 75 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fl. 149v.
- 76 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fl. 111v.
- 77 José Caetano Soares, *Macau e a Assistência. Panorama Médico-Social*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950, pp. 241-242.
- 78 *Ibidem*, p. 242.

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

ANEXO: EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS PELA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA PARA OS TRATOS MARÍTIMOS (1760-1780)

1760 Seguindo os relatórios de receitas e despesas, a Santa Casa autorizou a risco neste período um total de 11 950 taéis de prata para os tratos marítimos. ¹	
António José da Costa	1200 taéis investidos no <i>N. Sra. do Carmo</i> para Bombaim; 600 taéis jogados no <i>N. Sra. do Amparo</i> para Madrasta; 600 taéis para a viagem do <i>N. Sra. da Luz</i> com destino a Goa
Apolinário da Costa	300 taéis para investir nos tratos do <i>N. Sra. do Carmo</i> ; 500 taéis jogados nos negócios do <i>N. Sra. do Amparo</i> ; 400 taéis arriscados no seu <i>N. Sra. da Luz</i>
João Fernandes da Silva	500 taéis colocados na viagem do <i>N. Sra. do Carmo</i>
João Francisco Belém	500 taéis arriscados na viagem do <i>N. Sra. do Amparo</i>
João Ribeiro Guimarães	1350 taéis para a viagem do seu <i>Sta. Catarina</i> a Timor; 2000 taéis para a viagem do seu <i>S. Francisco e Sta. Ana</i> para Batávia
Joaquim Lopes da Silva	800 taéis investidos na viagem para a costa do Malabar do <i>S. Luís</i>
Luís Coelho	1200 taéis apostados no <i>S. Luís</i> ; 2000 taéis investidos no <i>S. Miguel</i> para Bombaim
1761 A irmandade emprestou apenas 3900 taéis de prata, o que se explica por ainda não terem regressado a Macau e começado a organizar novos fretes marítimos muitos dos barcos em viagem comercial nos meses anteriores. ²	
João Francisco Belém	500 taéis prata jogados no <i>N. Sra. do Amparo</i> com destino a Madrasta
João Ribeiro Guimarães, o provedor	800 taéis para a viagem a Bombaim e Surrate do <i>N. Sra. do Carmo</i> ; 800 investidos na viagem do <i>N. Sra. da Luz</i> para a costa da Índia; 400 taéis arriscados no <i>N. Sra. do Amparo</i> para Madrasta
Luís Coelho	400 taéis para financiar os tratos do seu <i>S. Luís</i> para Mascate
Manuel Coelho	1000 taéis para a viagem comercial a Madrasta do seu <i>N. Sra. da Portaria e S. Francisco Xavier</i>
1762 Descobre-se neste período um volume de empréstimos a riscos marítimos que chega aos 17 200 taéis de prata. ³	
António José da Costa	1200 taéis investidos no seu <i>N. Sra. do Carmo</i> para costa da Índia; 600 taéis para o <i>N. Sra. do Amparo</i> para Goa; 800 taéis para a viagem do <i>N. Sra. da Luz</i> para Madrasta e costa da Índia
Bernardo Nogueira Carvalho da Fonseca	1000 taéis para a viagem do <i>N. Sra. Encarnação</i> para Madrasta
Diogo de Mendonça Corte Real	500 taéis para o <i>N. Sra. do Amparo</i>
João Francisco Belém	500 taéis para a viagem do <i>N. Sra. do Amparo</i>
João Ribeiro Guimarães, o provedor	400 taéis para o <i>N. Sra. do Amparo</i> ; 800 taéis para a viagem do <i>N. Sra. da Luz</i> ; 1000 taéis para o <i>Jesus, Maria, José</i> para a costa da Índia; 1500 taéis para a viagem do <i>Sta. Catarina</i> também para a costa da Índia
Joaquim Lopes da Silva, o tesoureiro	800 taéis para investir no <i>N. Sra. do Carmo</i> ; 300 taéis jogados na viagem do <i>S. Luís</i> para a costa da Índia
Luís Coelho	1600 taéis para a viagem do seu <i>S. Luís</i> para a costa da Índia; 2000 taéis para Timor no seu <i>S. Miguel</i>
Manuel Coelho	1700 taéis para a viagem do <i>N. Sra. da Boa Viagem</i> para a costa da Índia
Manuel Pereira da Fonseca	500 taéis para a viagem do <i>S. Luís</i>
Simão Vicente Rosa	1000 taéis para financiar a viagem do seu <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> para a costa da Índia; 1000 taéis apostados no seu <i>S. Francisco Xavier</i> para o Malabar

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

1763 A Santa Casa mobilizou 16 300 taéis de prata que foram pagos com os respectivos juros de 20%. ⁴	
António José da Costa, o provedor	1600 taéis investidos no seu <i>N. Sra. do Carmo</i> para a costa da Índia; 1400 taéis para a viagem do seu <i>N. Sra. do Amparo</i> também para a costa da Índia; 1100 taéis para viagem do <i>N. Sra. da Luz</i> com destino a Timor
Diogo de Mendonça Corte Real	300 taéis que investiu na viagem comercial do <i>N. Sra. do Carmo</i> ; 200 taéis para os mesmos tratos no <i>Sto. António</i>
João Francisco Belém	500 taéis que investiu na viagem do <i>S. Luís</i>
João Ribeiro Guimarães	1500 taéis para a viagem a Madrastra do seu <i>Sta. Catarina</i> ; 1000 taéis investidos no seu <i>Jesus, Maria, José</i> com o mesmo destino; 400 taéis na viagem do <i>N. Sra. do Amparo</i>
Joaquim Lopes da Silva	500 taéis que colocou no sucesso dos tratos do <i>N. Sra. do Carmo</i> ; 200 taéis apostados no <i>N. Sra. da Luz</i>
Luís Coelho	2100 taéis para a viagem a Goa do seu <i>S. Luís</i> ; 2000 taéis para apoiar o seu <i>S. Miguel</i> com o mesmo destino comercial
Simão Vicente Rosa	500 taéis para financiar a viagem da sua chalupa <i>S. Francisco Xavier</i> para a costa da Índia; 1500 taéis apostados no seu <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> – uma invocação realmente “personalizada” – com o mesmo destino; 1500 taéis para os mesmos tratos com o seu <i>Sto. António</i>
1764 Concedeu a Misericórdia empréstimos num total de 20 600 taéis de prata. Depois de terem regressado com sucesso a Macau todos os barcos mobilizados nestes tratos, a mesa da irmandade recebeu a prata emprestada acrescida dos respectivos juros, contratados a 20%. ⁵	
António José da Costa	1600 taéis investidos no seu <i>N. Sra. do Carmo</i> para Goa; 1400 taéis para o <i>N. Sra. do Amparo</i> destinado à costa da Índia; 1100 taéis para os tratos no seu <i>N. Sra. da Luz</i> para Madrastra e costa da Índia
Bartolomeu Vicente Rosa	500 taéis jogados na viagem do <i>Sto. António</i> para a costa da Índia até Goa
João Fernandes da Silva	2000 taéis apostados no seu <i>N. Sra. da Encarnação e Sta. Ana</i> para a costa da Índia
João Francisco Belém	500 taéis jogados nos tratos do <i>N. Sra. do Carmo</i> ; 400 taéis no <i>N. Sra. da Luz</i>
João Ribeiro Guimarães	1700 taéis para a viagem comercial à costa de Madrastra no seu <i>Jesus, Maria, José</i> ; 800 taéis apostados no <i>N. Sra. do Amparo</i>
Luís Coelho	2600 taéis para a viagem do seu <i>S. Luís</i> para Madrastra, Bombaim e Surrate; 2000 taéis para o mesmo destino no seu <i>S. Miguel</i>
Manuel Lopes Correia	500 taéis para a viagem do <i>N. Sra. do Carmo</i> ; 300 taéis investidos no <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> para Madrastra
Simão Vicente Rosa, o novo provedor	2100 taéis para a viagem do seu <i>Sto. António</i> ; 2300 taéis apostados no seu <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> ; 800 taéis para a viagem da sua chalupa <i>S. Francisco Xavier</i> para Solor e Timor
1765 Os 24 300 taéis emprestados neste ano estavam já inteiramente recuperados nos finais de 1766, arrecadando a Santa Casa todo o capital emprestado mais os respectivos juros, estavelmente fixados nos 20%. ⁶	
António José da Costa	2000 taéis para o seu <i>N. Sra. do Carmo</i> negociar em Goa; 2000 taéis para a viagem do seu <i>N. Sra. do Amparo</i> para a costa da Índia; 2000 taéis apostados na viagem para Madrastra da sua embarcação <i>N. Sra. da Luz</i>
João Fernandes da Silva, o novo provedor	2000 taéis para investir na viagem do seu <i>N. Sra. da Encarnação e Sta. Ana</i> para a costa da Índia
João Francisco Belém	900 taéis que investiu na viagem do <i>N. Sra. do Carmo</i>

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

João Ribeiro Guimarães	1800 taéis para apoiar a viagem comercial do seu <i>N. Sra. da Glória e S. Jorge</i> a Madrastra; 1700 taéis para os tratos do seu <i>Jesus, Maria, José</i> no mesmo destino; 800 taéis para negócios com o <i>N. Sra. do Amparo</i>
Luís Coelho	2600 taéis colocados na viagem do seu <i>S. Luís</i> para a costa da Índia e portos do Norte; 2500 taéis no seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> para Madrastra
Manuel Lopes Correia	800 taéis para os negócios embarcados no <i>N. Sra. da Glória e S. Jorge</i>
Simão Vicente Rosa	2600 taéis investidos na viagem do seu <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> para Goa; 2600 taéis na viagem do seu <i>Sto. António</i> a Madrastra
1766	
Tendo como provedor o governador e capitão-geral de Macau José Plácido de Matos Saraiva, a irmandade não conseguiu recuperar inteiramente os 23 500 taéis de capitais emprestados e os respectivos juros de 20% porque naufragou o barco <i>Jesus, Maria, José</i> , no regresso de Timor. ⁷	
António Gonçalves Guerra	800 taéis apostados nos tratos <i>N. Sra. da Glória e S. Jorge</i> , com destino ao Ceilão e costa da Índia até Goa
António José da Costa	2000 taéis de empréstimo arriscados no seu <i>N. Sra. do Amparo</i> para a costa da Índia; 2000 taéis investidos no <i>N. Sra. da Luz</i> , viajando também para a costa da Índia
João Ribeiro Guimarães	1800 taéis para os tratos do seu <i>N. Sra. da Glória e S. Jorge</i> ; 1700 taéis para a viagem do seu <i>Jesus, Maria, José</i> a Timor; 800 taéis investidos no <i>N. Sra. do Amparo</i>
Luís Coelho	2600 taéis colocados na viagem do seu <i>S. Luís</i> para a costa da Índia, Bombaim e Surrate; 2500 taéis no seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> para Coromandel e Madrastra
Nicolau Pires Viana e José de Sousa, a primeira sociedade encontrada ⁸	1000 taéis investidos no seu <i>Sta. Catarina</i> com destino a Goa
Nicolau Pires Viana, associado a Félix Mendonça Furtado	500 taéis para a viagem da sua chalupa <i>S. Francisco Xavier</i> a Timor
Simão Vicente Rosa	2600 taéis aplicados em tratos para a costa da Índia no seu <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> ; 2600 taéis para a viagem a Madrastra da também seu <i>Sto. António e Almas Santas</i> ; 2600 taéis apostados no seu <i>Sto. António</i> para a costa da Índia
1767	
Sendo provedor Joaquim Lopes da Silva, foram emprestados pela Santa Casa 23 700 taéis, inteiramente recuperados mais os juros de 20% até ao final do ano seguinte. ⁹	
António Gonçalves Guerra	800 taéis para investir na viagem do <i>N. Sra. da Glória e S. Jorge</i> com destino a Madrastra e costa da Índia
António José da Costa	2400 taéis para apoiar os negócios indianos no seu <i>N. Sra. do Amparo</i> ; 2200 taéis investidos no seu <i>N. Sra. da Luz</i> para Timor
Félix de Mendonça Furtado	500 taéis para a viagem da sua chalupa <i>S. Francisco Xavier</i> para Batávia e costa de Java
Francisco Ferreira da Silva	500 taéis colocados a ganhos no barco de que era senhorio em parte, o <i>S. Luís</i> , rumando para os negócios de Goa
João Fernandes da Silva	1500 taéis para investir no seu <i>N. Sra. da Conceição</i> com destino a Bombaim
João Ribeiro Guimarães	2300 taéis para os tratos do <i>N. Sra. da Glória e S. Jorge</i> ; 800 taéis que seguiram para o <i>N. Sra. do Amparo</i>

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

Luís Coelho	2600 taéis apostados no <i>S. Luís</i> , viajando para Goa; 3000 taéis investidos no <i>N. Sra. da Boa Viagem</i> e <i>S. Lourenço</i> Ceilão, costa da Índia e Madrasta
Nicolau Pires Viana e José de Sousa, associados	1000 taéis para a viagem do seu <i>Sta. Catarina</i> para a costa da Índia até Goa
Simão Vicente Rosa	3100 taéis para a viagem do seu <i>Sto. António</i> para a costa da Índia; 3000 taéis para o mesmo destino no seu <i>S. Vicente</i> e <i>Sta. Rosa</i>
1768 Sendo provedor o governador e capitão-geral de Macau Diogo Francisco de Salema Saldanha, os empréstimos totalizaram 26 300 taéis que a Santa Casa conseguiu recuperar integralmente, acrescidos dos juros de 20%. ¹⁰	
António José da Costa	2400 taéis colocados no <i>N. Sra. do Amparo</i> com destino a Goa; 2200 taéis no seu <i>N. Sra. da Luz</i> para a costa da Índia
Francisco Ferreira da Silva	500 taéis investidos na viagem do <i>S. Luís</i> para a costa da Índia e Bombaim
João Ribeiro Guimarães	3100 taéis para os negócios com o seu <i>N. Sra. da Glória</i> e <i>S. Jorge</i> para a costa do Coromandel e portos malaios; 800 taéis para investir no <i>N. Sra. do Amparo</i>
José de Sousa Correia	500 taéis para investir no <i>N. Sra. da Luz</i>
José Pereira da Costa	1000 taéis para a viagem do <i>N. Sra. do Amparo</i>
Luís Coelho	3000 taéis investidos na viagem do seu <i>N. Sra. da Boa Viagem</i> e <i>S. Lourenço</i> para a costa do Coromandel; 2600 taéis para a viagem do seu <i>S. Luís</i> ;
Nicolau Pires Viana e José de Sousa	1000 taéis arriscados no seu <i>Sta. Catarina</i> para Madrasta
Simão Vicente Rosa	3100 taéis para a viagem do seu <i>Sto. António</i> e <i>Almas Santas</i> para Goa; 3000 taéis para a viagem do seu <i>S. Vicente</i> e <i>Sta. Rosa</i> para Timor; 3100 taéis para a viagem do seu <i>Sto. António</i> para a costa da Índia até Goa
1769 Com António Correia de Liger como provedor os empréstimos atingiram 25 900 taéis, totalmente recuperados com os seus respectivos juros de 20%, com a exceção dos singulares 25% exigidos no empréstimo a António José da Costa. ¹¹	
António José da Costa	2000 taéis, excepcionalmente a juros de 25%, para a viagem da pala <i>N. Sra. da Conceição</i> para Ceilão, costa da Índia e Bombaim; 2400 taéis aplicados no seu <i>N. Sra. do Amparo</i> também para a costa da Índia; 2200 taéis apostados no seu <i>N. Sra. da Luz</i> com o mesmo destino
Francisco Ferreira da Silva	500 taéis apostados nos mesmos negócios indianos no <i>N. Sra. da Boa Viagem</i> e <i>S. Lourenço</i>
João da Fonseca e Campos	300 taéis investidos na viagem do <i>Sto. António</i> para Goa
João Ribeiro Guimarães	3100 taéis colocados no seu <i>N. Sra. da Glória</i> e <i>S. Jorge</i> com destino aos portos malaios, costa do Coromandel e Madrasta; 800 taéis investidos na viagem do <i>N. Sra. do Amparo</i>
José de Sousa Correia	500 taéis apostados no <i>N. Sra. da Luz</i>
José Pereira da Costa	1200 taéis para a viagem da chalupa <i>N. Sra. do Amparo</i>
Luís Manuel de Sá e Lima	100 taéis investidos na viagem do <i>Sto. António</i>
Manuel Pereira da Fonseca e Joaquim Modesto de Brito	3000 taéis aplicados em negócios na costa da Índia do <i>N. Sra. da Boa Viagem</i> e <i>S. Lourenço</i>
Nicolau Pires Viana e o seu sócio José de Sousa	500 taéis no seu <i>Sta. Catarina</i> para a viagem de Timor
Simão Vicente Rosa	3100 taéis para a viagem do seu <i>Sto. António</i> e <i>Almas Santas</i> à costa da Índia; 3100 taéis colocados na sua parte do <i>Sto. António</i>
Simão Vicente Rosa e Joaquim Lopes da Silva, uma aliança de antigos provedores	3100 taéis para a viagem do <i>S. Luís</i> de que eram senhorios até Batávia e costa de Java

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

1770	
O montante dos empréstimos cresce para 32 000 taéis, devidamente cobrados mais o juro normal de 20%. ¹²	
António José da Costa	2300 taéis para o seu <i>N. Sra. da Luz</i> que seguia para Goa; 2000 taéis aplicados na pala <i>N. Sra. da Conceição</i> , viajando para os portos do Coromandel; 2500 taéis no do seu <i>N. Sra. do Amparo, Sta. Cruz e Almas Santas</i> para a costa da Índia
Francisco Ferreira da Silva	500 taéis investidos na viagem do <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> para os portos malaios, Ceilão e costa da Índia
João da Fonseca e Campos	300 taéis apostados no <i>Sto. António</i> para Goa
João Ribeiro Guimarães, o provedor	3600 taéis apostados na nova viagem do seu <i>N. Sra. da Glória e S. Jorge</i> rumo aos portos malaios, Ceilão e Madrasta
José Carlos Brazão	1500 taéis aplicados na viagem do <i>N. Sra. do Amparo, Sta. Cruz e Almas Santas</i>
José de Sousa Correia	500 taéis investidos na viagem do <i>N. Sra. da Luz</i>
José Pereira da Costa	1200 taéis apostados na sua chalupa <i>N. Sra. do Amparo</i> seguindo para Madrasta e costa da Índia
Manuel Pereira da Fonseca	3000 taéis investidos no seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i>
Nicolau Pires Viana e José de Sousa	500 taéis para a viagem do <i>Sta. Catarina</i> até à costa do Coromandel
Simão Vicente Rosa	1200 taéis investidos na sua chalupa <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i> com destino a Bengala; 3400 taéis para a viagem do seu <i>Sto. António e Almas Santas</i> para Batávia e costa de Java; 3000 taéis colocados no seu <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> que seguia para Timor; 3100 taéis apoiando os tratos do seu <i>Sto. António</i> na costa da Índia até Goa
Simão Vicente Rosa e Joaquim Lopes da Silva, associados	3400 taéis colocados no <i>S. Luís</i> procurando também a costa da Índia
1771	
Com a provedoria novamente ocupada por Joaquim Lopes da Silva, sendo Simão Vicente Rosa o escrivão, o total de empréstimos chega aos 36 600 taéis, completamente recuperados mais os respectivos juros de 20%. ¹³	
António José da Costa	2700 taéis para o seu <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i> arribar aos ganhos de Goa, Bombaim e Surrate; 2700 taéis para investir no seu <i>S. Simão</i> para o mesmo destino; 1600 taéis no seu <i>N. Sra. da Luz</i> para negócios em Batávia
António José Ribeiro	2700 taéis aplicados na quota que possuía da embarcação <i>Sta. Cecilia</i> rumando igualmente para Batávia e costa de Samatra
João da Fonseca e Campos	200 taéis colocados a ganhos no <i>Sto. António</i> para Batávia
João Fernandes da Silva	2700 taéis para tratos em Madrasta com o <i>Estrela da Aurora e N. Sra. da Conceição</i> , de que era senhorio
João Ribeiro Guimarães	800 taéis aplicados no <i>N. Sra. da Conceição</i> para Madrasta; 400 taéis no <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> para o mesmo destino; 300 taéis investidos no <i>Sto. António</i> ; 300 taéis aplicados na viagem do <i>S. Luís</i> para Goa; 300 taéis investidos no <i>N. Sra. da Luz</i> ; 300 taéis jogados nos negócios do <i>Sto. António e Almas Santas</i> na costa da Índia; 300 taéis navegando com o <i>S. Filipe e S. Tiago</i> para o do Coromandel
Joaquim Modesto de Brito	2700 taéis para investir na viagem do seu <i>S. Joaquim e Sta. Ana</i> até Goa, Bombaim e Surrate
José de Sousa Correia	200 taéis apostados nos ganhos do <i>S. Joaquim e Sta. Ana</i>
Manuel Homem de Carvalho	1200 taéis apostados no seu <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i> para os portos do Coromandel

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

Manuel Pereira da Fonseca	2700 taéis aplicados no seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> rumo aos portos do Malabar, Mascate e Coromandel
Maria Pereira, a primeira mulher	2700 taéis para a viagem do seu <i>S. Filipe e S. Tiago</i>
Nicolau Pires Viana e José de Sousa, associados	500 taéis para a viagem do seu <i>Sta. Catarina</i> até Timor
Simão Vicente Rosa	500 taéis para a viagem do seu <i>Sto. António e Almas Santas</i> até Batávia; 2700 taéis para a mesma embarcação negociar na costa da Índia; 2700 taéis para o seu <i>Sto. António</i> voltar aos negócios javaneses com a Companhia holandesa das Índias Orientais; 2700 taéis apostados nos negócios do seu <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> para Madrastra
Simão Vicente Rosa e Joaquim Lopes da Silva	2700 taéis para ajudarem o seu <i>S. Luís</i>
1772 Com Simão Vicente Rosa como provedor, o volume de empréstimos baixou, situando-se nos 8575 taéis, mais aqueles trocos de 9 mazes, 4 condorins e 4 caixas, o que não devia facilitar apurar os 20% de juros que cresciam ao capital emprestado, integralmente recuperado. ¹⁴	
Domingos Marques	1000 taéis jogados na viagem do <i>S. Joaquim e Sta. Ana</i> para Madrastra
João Fernandes da Silva	3000 taéis colocados na viagem do <i>Estrela da Aurora e N. Sra. da Conceição</i> para o Coromandel
João Ribeiro Guimarães	800 taéis arriscados na viagem do <i>S. Joaquim e Sta. Ana</i> ; 300 taéis que seguem para Batávia com o <i>N. Sra. da Luz</i> ; 200 taéis que acompanham o <i>Sto. António</i> à costa da Índia; 500 taéis rumam com o <i>Estrela da Aurora e N. Sra. da Conceição</i> ; 300 taéis navegam para Goa com o <i>S. Filipe e S. Tiago</i>
Joaquim Carneiro Machado	800 taéis aplicados na viagem comercial do <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i> para a costa da Índia e Coromandel
Joaquim Modesto de Brito	1675 taéis, 9 mazes, 4 condorins e 4 caixas, aplicados no <i>S. Joaquim e Sta. Ana</i>
1773 Simão Vicente Rosa permanece como provedor. Ano rico em aventuras comerciais bem sucedidas, mobilizando 50 600 taéis de empréstimos, todos recuperados mais o juro normal de 20%. ¹⁵	
António Correia de Liger	3500 taéis arriscados no seu <i>Sta. Cecília</i> para os portos da Cochinchina
António José da Costa	2700 taéis aplicados na viagem do seu <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i> para Madrastra e costa da Índia; 1600 taéis no seu <i>N. Sra. da Luz</i> para Batávia; já no final do ano, 2500 taéis para o primeiro chegar novamente a Madrastra e 2000 taéis para a segunda embarcação comerciar na costa da Índia
António José da Costa Júnior	1000 taéis arriscados na viagem do <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i>
António José Pereira e João Carlos Dias	2500 taéis investidos em negócios no golfo de Bengala e costa da Índia com o <i>S. João Nepomuceno</i> , de que eram proprietários
António Vicente Rosa e Manuel Vicente Rosa, filhos do provedor, associados	3000 taéis arriscados no <i>Sto. António</i> para os portos malaios, costa do Coromandel e costa da Índia
João da Fonseca e Campos	300 taéis a riscos de negócios marítimos no <i>S. Joaquim e Sta. Ana</i> destinado ao Ceilão e costa da Índia
João Fernandes da Silva	3500 taéis aplicados no seu <i>Estrela da Aurora e N. Sra. da Conceição</i> com destino a Madrastra
João Ribeiro Guimarães	3000 taéis para os tratos comerciais do seu <i>S. Luís</i> na costa da Índia

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

Joaquim Modesto de Brito	2000 taéis para os tratos do seu <i>S. Joaquim e Sta. Ana</i> que se dirigia para Ceilão e costa da Índia
Manuel Homem de Carvalho	1200 taéis para a viagem da sua chalupa <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i> com destino aos portos de Bengala; no final do ano mais 1200 taéis aplicados na mesma embarcação com destino a Madrasta e Coromandel
Manuel Pereira da Fonseca	3500 taéis arriscados na viagem do seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> para a costa da Índia; no final do ano outros 3500 taéis na viagem do mesmo barco rumo a Timor
Maria Pereira	3200 taéis que seguem no seu <i>S. Filipe e S. Tiago</i> a ganhos para Goa
Nicolau Pires Viana e José de Sousa	1000 taéis investidos no seu <i>Sta. Catarina</i> para tratos nos portos da Cochinchina
Simão de Araújo Rosa, irmão do provedor	3500 taéis investidos em negócios em Batávia e costa de Java com o seu <i>Sto. António e Almas Santas</i>
Simão Vicente Rosa	3200 taéis para os ganhos do seu <i>Sto. António</i> na costa da Índia; 2700 taéis no também seu <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> rumando para Timor
1774	
Passa a provedor António José da Costa. A Santa Casa emprestou um total de 44 300 taéis que haveria de recuperar completamente acrescentados dos juros de 20%, mais os pesados juros de 40% sobre uma viagem para Moçambique. ¹⁶	
António Correia de Liger e Filipe Neri do Rego	3900 taéis aplicados na viagem do seu <i>Sta. Cecília</i> para Bombaim e Surrate
António José da Costa	3000 taéis investidos no seu <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i> para o Ceilão; 2100 taéis para o seu <i>N. Sra. da Luz</i> iluminar bons ganhos na costa da Índia
António José da Costa Júnior	1000 taéis apostados nos negócios do <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i>
António José Pereira e João Carlos Dias	2500 taéis para serem aplicados em tratos nos portos de Bengala no <i>S. João Nepumoceno</i> de que eram proprietários
António Vicente Rosa e Manuel Vicente Rosa, associados	3000 taéis aplicados a ganhos do seu barco <i>Sto. António</i> para Timor
João Fernandes da Silva	3900 taéis investidos na viagem do <i>Estrela da Aurora e N. Sra. da Conceição</i> para Madrasta
Joaquim Lopes da Silva e Simão de Araújo Rosa, associados	2500 taéis investidos no seu <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> com destino a Goa; no final do ano, outros 2500 taéis investidos no mesmo barco com destino a Madrasta
Manuel Homem de Carvalho e José Caetano Pinto de Almeida	1200 taéis arriscados numa demorada viagem para Moçambique e portos do Norte e Sul de Goa na sua chalupa <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i> , a um juro excepcional de 40%
Manuel Pereira da Fonseca	3900 taéis arriscados no <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> para Goa
Maria Pereira	1500 taéis para a viagem do seu <i>S. Filipe e S. Tiago</i> até à Cochinchina
Maria Pereira, António Correia de Liger e Filipe Neri do Rego	3500 taéis aplicados nos tratos do <i>S. Filipe e S. Tiago</i> até à Cochinchina; no final do ano, 3900 taéis aplicados nos tratos da mesma embarcação com o mesmo destino
Nicolau Pires Viana e o sócio José de Sousa	1000 taéis para o seu <i>Sta. Catarina</i> a navegar para os portos da Cochinchina
Simão de Araújo Rosa	3900 taéis aplicados na viagem do <i>Sto. António e Almas Santas</i> para a costa da Índia até Goa
Tomé Francisco de Oliveira	1000 taéis para a sua chalupa <i>N. Sra. dos Remédios e Almas Santas</i> negociar nos portos de Bengala

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

1775 O volume de empréstimos desceu para 27 100 taéis, mas sendo percebido na íntegra o capital cedido, aumentado dos juros de 20%, com a excepção dos cerca de dois terços de capitais e juros não recuperados no empréstimo contratado com António Vicente Rosa. ¹⁷	
António José da Costa, o provedor	2100 taéis arriscados no seu <i>N. Sra. da Luz</i> para a costa da Índia, mais 3500 taéis no seu <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i> seguindo para Madrasta
António José da Costa Júnior	dois empréstimos de 500 taéis cada, investidos nas viagens dos barcos paternos
António Vicente Rosa	3000 taéis investidos no seu <i>Sto. António</i> para Goa. Parte da carga perdeu-se, pelo que este Rosa pagou à Santa Casa apenas 1076 taéis e 706 caixas tarde, em 1779
Domingos Marques e Jacinto da Fonseca e Silva	2500 taéis para levarem o seu <i>S. João Nepomuceno</i> até Surrate
João Fernandes da Silva	4000 taéis arriscados na viagem do seu <i>Estrela da Aurora e N. Sra. da Conceição</i> para Timor
Joaquim Lopes da Silva e Simão Araújo Rosa	2600 taéis a ganhos na Cochinchina no <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> de que eram proprietários
Manuel Marinho Monteiro	400 taéis seguem para os ganhos na sua chalupa <i>Fortuna</i> rumo aos portos malaio e Bengala
Manuel Pereira da Fonseca	4000 taéis investidos na viagem do seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> para a costa da Índia, Bombaim e Surrate
Simão de Araújo Rosa	4000 taéis investidos no <i>Sto. António e Almas Santas</i> rumo a Bombaim e Surrate
1776 A provedoria da Santa Casa está entregue a Manuel Pereira da Fonseca. Ano comercial curtíssimo fazendo descer o volume de empréstimos para 17 800 taéis, conseguindo a Santa Casa recuperar completamente capitais e juros. ¹⁸	
António José da Costa	2100 taéis jogados na sorte da viagem do seu <i>N. Sra. da Luz</i> para a costa da Índia
António José da Costa Junior	500 taéis para a mesma viagem
Baltasar Manuel de Almeida	200 taéis aplicados no <i>Sto. António e Almas Santas</i> que se dirigia para Timor
Filipe Lourenço Matos	300 taéis aplicados na viagem do seu <i>S. João Nepomuceno</i> para a Cochinchina
Jacinto da Fonseca e Silva	2500 taéis arriscados também na mesma viagem
Joaquim Lopes da Silva	3000 taéis arriscados no <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> com destino à costa da Índia
Manuel Homem de Carvalho	1200 taéis para os ganhos do seu barco <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i> com destino à Cochinchina e Malaca
Manuel Pereira da Fonseca	4000 taéis aplicados no seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> rumo aos negócios de Goa
Simão de Araújo Rosa	4000 taéis arriscados no seu <i>Sto. António e Almas Santas</i> rumo a Batávia, Solor e Timor
1777 Manuel Pereira da Fonseca vê-se obrigado a continuar a dirigir a irmandade por impedimento do provedor eleito, Joaquim Lopes da Silva. Os tratos comerciais melhoraram razoavelmente, emprestando a Santa Casa um total de 21 680 taéis, integralmente resgatados com os seus juros normais de 20%. ¹⁹	
António José da Costa	3500 taéis para viagem do seu <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i> para a costa da Índia; 2100 taéis no seu <i>N. Sra. da Luz</i> para Batávia e Timor

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

António José da Costa Júnior	dois empréstimos de 500 taéis cada, jogados nas viagens dos barcos paternos
António Roiz Chaves e João Gonçalves Seixas	800 taéis a ganhos do seu <i>N. Sra. da Conceição</i> com destino à Cochinchina, Malaca e Achém
Baltasar Manuel de Almeida	300 taéis para arriscar na viagem do <i>N. Sra. da Luz</i>
Filipe Lourenço Matos	300 taéis investidos nos tratos do <i>S. João Nepumoceno</i> na Cochinchina
Joaquim Carneiro Machado	800 taéis aplicados na sua chalupa <i>N. Sra. da Esperança</i> em viagem para a Cochinchina e Malaca
Joaquim Lopes da Silva, provedor eleito, mas impedido	3000 taéis investidos na sua parte do <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> para a costa da Índia
Manuel Homem de Carvalho	1200 taéis para a sua chalupa <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i> chegar lucrativamente aos tratos dos portos de Bengala
Manuel Pereira da Fonseca	4000 taéis para o seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> negociar na Cochinchina
Maria Pereira	4680 taéis arriscados no seu <i>S. Filipe e S. Tiago</i> com destino à Cochinchina
1778	
Volta a subir o volume dos empréstimos concedidos pela Santa Casa para 33 240 taéis, completamente recuperados mais os 20% de juros. ²⁰	
António José da Costa	1500 taéis arriscados tratos do seu <i>N. Sra. do Amparo</i> navegando para a costa da Índia; 2100 taéis para a viagem do <i>N. Sra. da Luz</i> para Goa
Filipe Lourenço Matos	540 taéis investidos na sua chalupa <i>N. Sra. do Carmo</i> para Malaca
Jacinto da Fonseca e Silva	2500 taéis aplicados na viagem do <i>S. João Nepumoceno</i> para a Cochinchina e Sião; 3000 taéis para a viagem do <i>S. João Nepumoceno</i> para o Ceilão e costa da Índia
João Carlos Dias	800 taéis aplicados na viagem da chalupa <i>S. Vicente Ferrer</i> para os portos malaios, Achém e Batávia
João Ribeiro Guimarães	3000 taéis arriscados no seu <i>S. Jorge, N. Sra. da Conceição, Estrela da Aurora</i> dirigindo-se à procura de negócios em Batávia, Bali e Lombok
José da Costa Quelhas	4000 taéis para a viagem do <i>S. Filipe e S. Tiago</i> para Manila
José Lourenço de Matos	200 taéis aplicados no <i>S. João Nepomuceno</i> para a Cochinchina
José Pereira da Costa e os seus filhos, Caetano da Costa Pereira e João Pereira da Costa	900 taéis jogados na viagem da chalupa <i>N. Sra. da Luz</i> para a Cochinchina
Lourenço José de Matos	500 taéis investidos no <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> com destino a Timor
Manuel Homem de Carvalho	1200 taéis jogados nos negócios do seu <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i> para o Coromandel
Manuel Pereira da Fonseca, o provedor	4000 taéis para os tratos do seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> em Timor
Simão de Araújo Rosa	4000 taéis para a viagem do seu <i>Sto. António e Almas Santas</i> com destino a Goa; 1000 taéis investidos no <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> ; no final do ano, outros 4000 taéis arriscados na viagem do <i>Sto. António e Almas Santas</i> para a costa da Índia e Surrate
1779	
Ano de movimentado comércio marítimo, atingindo 29 700 taéis o total de empréstimos facilitados pela Santa Casa, depois recebidos e acrescentados dos recorrentes 20% de juros. ²¹	
André Moniz	100 taéis arriscados no <i>S. Pedro e S. João</i> para os portos do Coromandel

MULHERES, CASAMENTO E FAMÍLIA EM MACAU

Agostinho António Spada	200 taéis mobilizados nos negócios do <i>Sto. António e Almas Santas</i> nas costas do Coromandel e Malabar
António Botelho Homem Bernardo Pessoa	1000 taéis arriscados no <i>S. Pedro e S. João</i>
António Correia de Liger	100 taéis aplicados no <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i> rumo aos portos do Malabar
António José da Costa, o provedor	3500 taéis arriscados no seu <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i> ; 2100 taéis no seu <i>N. Sra. da Luz</i> também para os portos do Malabar
António José Pereira	300 taéis jogados na sorte da viagem do <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i> para Goa
António Roiz Chaves e João Gonçalves Seixas	1000 taéis a ganhos nos tratos de Batávia na chalupa <i>N. Sra. da Conceição e Almas Santas</i> ; 1000 taéis colocados no <i>N. Sra. da Conceição e S. Vicente Ferrer</i> com destino à Cochinchina
Caetano da Costa Pereira	900 taéis arriscados na chalupa <i>N. Sra. da Luz</i> rumo ao Coromandel e a Madrastra
Domingos Marques	1000 taéis investidos na viagem do <i>S. Pedro e S. João</i>
Filipe Correia de Liger	100 taéis investidos no <i>N. Sra. da Luz</i>
Inácio Rangel da Costa	800 taéis arriscados no <i>N. Sra. do Pico e Sta. Ana</i> navegando para Manila
Joaquim Carneiro Machado	1000 taéis aplicados no seu <i>N. Sra. da Esperança e das Dores</i> com destino à Cochinchina; 1000 taéis jogados no <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> para Goa
Joaquim José Vasques	400 taéis na viagem <i>S. Pedro e S. João</i>
José António de Abreu e João Marques do Rego	300 taéis colocados na viagem da chalupa <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i> até à costa da Índia
José Caetano Dinis	100 taéis na viagem <i>S. Pedro e S. João</i>
Manuel Homem de Carvalho	1200 taéis jogados na sorte da viagem do <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i>
Manuel Joaquim Barradas de Azevedo	100 taéis apostados na viagem do <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i>
Manuel Lopes Correia	300 taéis arriscados na viagem do <i>N. Sra. da Luz</i>
Manuel Pereira da Fonseca	4000 taéis aplicados na viagem do seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> rumo a Batávia, Bali e Timor
Manuel Tomás Cardoso de Almeida	200 taéis investidos no <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i>
Matias Soares	2000 taéis para o <i>S. Filipe e S. Tiago</i> , agora na sua posse, chegar lucrativamente a Manila
Simão de Araújo Rosa	4000 taéis para a viagem do seu <i>Sto. António e Almas Santas</i> para o Coromandel e Madrastra; 3000 taéis para os tratos na sua parte do <i>S. Vicente e Sta. Rosa</i>
1780	
Os primeiros dois contratos são assinados ainda em Fevereiro pelo provedor António Miranda de Sousa, mais tarde substituído por António Gonçalves Guerra. Exactamente 22 000 taéis são emprestados neste derradeiro ano em estudo, voltando a ser completamente recuperados acrescidos dos respectivos juros muito estavelmente negociados nos 20%. ²²	
André Moniz	100 taéis apostados nos tratos do <i>S. Pedro e S. João</i> para Madrastra
António Correia de Liger	300 taéis aplicados na viagem do <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i> para Goa e Surrate
António Gonçalves Guerra	500 taéis para Timor no <i>Sto. António e Almas Santas</i>

WOMEN, MARRIAGE AND FAMILY IN MACAO

António José Pereira	200 taéis aplicados na viagem do <i>N. Sra. da Luz</i> com destino a Madrasta
António Vicente Rosa	200 taéis para a viagem do <i>N. Sra. da Esperança e das Dores</i> para Malaca
Caetano António de Campos	200 taéis para a viagem do <i>Sto. António e Almas Santas</i>
Caetano da Costa Pereira	900 taéis arriscados na viagem do seu <i>N. Sra. da Luz</i>
Domingos Marques	1000 taéis investidos na viagem do <i>S. Pedro e S. João</i> para Madrasta
Félix José Coimbra	200 taéis apostados na viagem do <i>S. Pedro e S. João</i>
Felizardo José de Mendonça	200 taéis aplicados nos tratos com o <i>N. Sra. da Luz</i>
Filipe Correia de Liger	200 taéis aplicados na viagem do <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i>
Filipe Lourenço Matos e João Francisco Belém	600 taéis para o seu barco <i>N. Sra. do Carmo</i> negociar na Birmânia
João da Costa de Brito	400 taéis aplicados na viagem do <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i> para Goa
Joaquim Carneiro Machado	1000 taéis para a viagem do <i>N. Sra. da Esperança e das Dores</i> ; 1200 na viagem também para Malaca do <i>N. Sra. de Guadalupe e Penha de França</i> ; 400 taéis aplicados no <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i>
Joaquim José Vasques e António José Gamboa	2000 taéis arriscados no seu <i>N. Sra. do Rosário, S. João e Almas</i> com destino a Bengala
José Miguel	300 taéis arriscados para Malaca na viagem do <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i>
Lourenço José dos Passos	400 taéis para a viagem do <i>Sto. António e Almas Santas</i>
Manuel Homem de Carvalho	1200 taéis na viagem do seu <i>N. Sra. da Ajuda e S. Simão</i> para os portos do Achém e Pegu
Manuel Joaquim Barradas de Azevedo	200 taéis aplicados na viagem do <i>N. Sra. da Luz</i>
Manuel Lopes Correia	300 taéis aplicados na viagem do <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i>
Manuel Pereira da Fonseca	4000 taéis jogados nos negócios do seu <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i>
Manuel Tomás Cardoso e Almeida	200 taéis apostados na viagem do <i>N. Sra. da Boa Viagem e S. Lourenço</i>
Manuel Vicente Rosa	200 taéis aplicados na viagem do <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i>
Miguel Francisco da Costa, outro filho de António José da Costa	3500 taéis investidos na viagem do <i>N. Sra. do Amparo e Sta. Cruz</i> ; 2100 taéis aplicados na viagem do <i>N. Sra. da Luz</i>

1 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 277, fl. 55.

2 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 277, fl. 63v.

3 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 277, fl. 71v.

4 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 4-11v.

5 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 12-19v.

6 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 20-26.

7 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 26v-32v.

8 O contrato mostra que José de Sousa apenas sabia assinar com sinal de “cruz”, sugerindo evidente analfabetismo, enquanto Nicolau Pires Viana exibe uma belíssima caligrafia na sua barroca assinatura com esses muitos floreados ao gosto da época. É provável que estes mercadores analfabetos, mas ricos, tivessem absoluta necessidade de encontrar sócios letrados que pudessem exercer um mínimo de vigilância sobre os muitos contratos e obrigações escritos que se realizavam frequentemente nos negócios comerciais marítimos animados por Macau neste período.

9 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 33-39.

10 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 39v-45v.

11 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 46-53.

12 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 54-63v.

13 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 64-77.

14 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 77v-82.

15 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 82v-91v, 93v, 94v.

16 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 92, 94, 95-102.

17 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 102v-107v.

18 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 109-113, 114.

19 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 113v, 114v-119v.

20 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 120-128v.

21 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 129-142.

22 AHM, *Santa Casa da Misericórdia*, Livro 306, fls. 142v-168v.